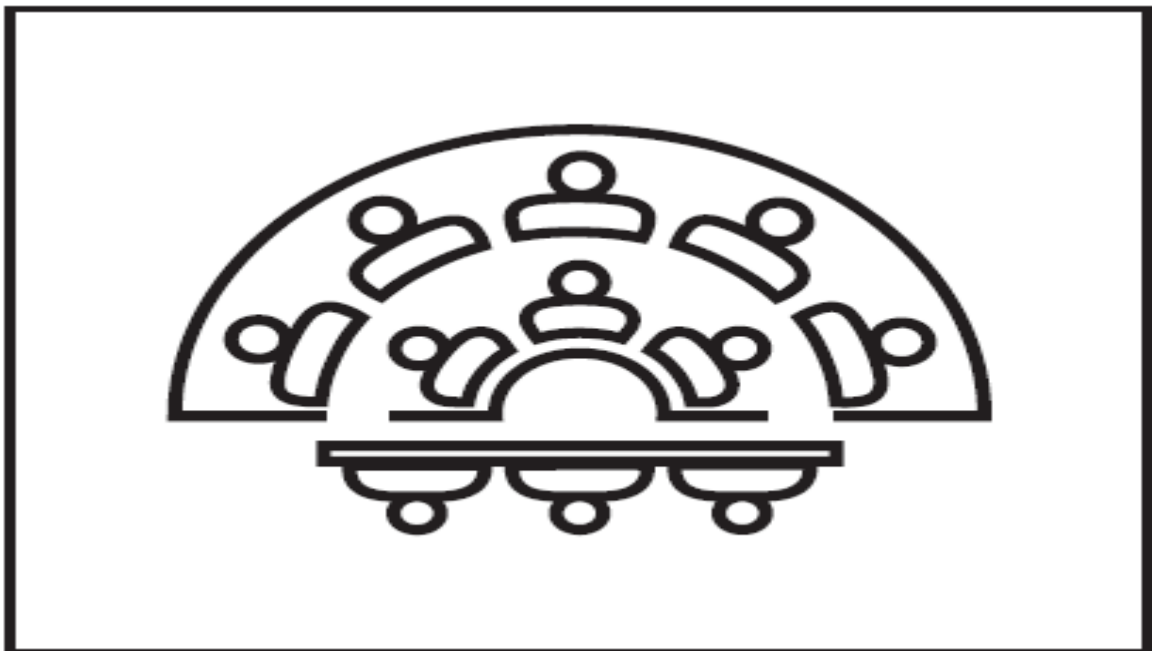




ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO



ACTA N.º 8

**5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE
20 DE DEZEMBRO DE 2010**



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, pelas 09h.40m, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **5.ª Sessão Ordinária de 2010** da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, conforme “**Ordem de Trabalhos**” previamente estabelecida.

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. *Apreciação da Actividade Municipal – Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara;*
2. *1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2010;*
3. *Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2011 e Mapa de Pessoal 2011;*
4. *Contratação de um Empréstimo de Curto Prazo até ao montante de 820.000,00€;*
5. *Adesão do Município à entidade “Agência Regional de Energia do Douro”;*
6. *Prorrogação do Prazo da Suspensão Parcial do PDM para a realização do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor (AHBS);*
7. *Adesão do Município à entidade “Territórios do Côa – Associação de Desenvolvimento Regional”;*
8. *Revisão da Organização dos Serviços Municipais;*
9. *Fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para vigorar em 2011.*

III – Período de Intervenção do Público.

-----A presente Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Dr. António Alberto Almada Guerra** e Secretariado pelos Membros **António Alves Salema** e **Beatriz da Luz Souza Fernandes**, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

-----**O Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos cumprimentando todos os presentes, dando de seguida a palavra ao Primeiro Secretário António Alves Salema, a fim de que este procedesse à chamada. -----

-----Estavam presentes, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

Força Política	Membros		
Partido Socialista	FAUSTO EDMUNDO TIAGO		
	JOSÉ FRANCISCO MARTINS FEVEREIRO		
	MARIA VITÓRIA ANDRADE LÁZARO		
	ANTÓNIO MANUEL FARIA SOTA		
	ISMAEL JOAQUIM FERREIRA		
	ALTINA DA GLÓRIA LOPES PINTO		
	LUÍS RICARDO REBOUTA MACEDO DA SILVA FERREIRA		
	ANTÓNIO DA CRUZ BARBOSA FILIPE		
		JOSÉ CARLOS CORDEIRO	Presidente da Junta de Freguesia de Açoreira
		ALTINO CARLOS MIRANDA SÁ	Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Boa
		JOSÉ MANUEL MOREIRAS	Presidente da Junta de Freguesia de Cardanha
		JOSÉ MANUEL DOS SANTOS TEIXEIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Carviçais
		ARMANDO DA CRUZ FERREIRA	Presidente da Junta de Freguesia de Castedo
		ANTÓNIO MANUEL DE CASTRO GONÇALVES	Presidente da Junta de Freguesia de Felgar
		LUÍS ANTÓNIO CARVALHO	Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça
		PAULO EVANGELISTA BENTO	Presidente da Junta de Freguesia de Mós
		BÁSILIO MÁRIO LÁZARO	Presidente da Junta de Freguesia de Peredo dos Castelhanos
	MARIA DE LURDES MANO PONTES	Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo	
	AFONSO HENRIQUE ALAGOA	Presidente da Junta de Freguesia de Urros	



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Força Política	Membros	
Coligação Eleitoral PPD/PSD-CDS/PP	ORLANDO MIGUEL JORGE MESQUITA	
	LILIANA ANDREIA DE SOUSA BERNARDINO	
	NUNO MANUEL MARTINS COSTA	
	ADALBERTO MANUEL CORDEIRO COVAS MIGUEL	
	VIVIANA SERRA CARDOSO LEONARDO TEIXEIRA	
	ANTÓNIO MANUEL CAPELA	
	ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE	
	LILIANA DE FÁTIMA FIDALGO FERNANDES	
	CARLOS ALBERTO D'ABREU FERREIRA MACHADO	
	GUILHERMINO ESTEVES SOARES	Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha
	MANUEL JOSÉ DINIS	Presidente da Junta de Freguesia de Larinho
	FRANCISCO MANUEL TAVARES VARELA	Presidente da Junta de Freguesia de Lousa
	LUÍS AMADEU GASPAR	Presidente da Junta de Freguesia de Maçores

-----**Substituição ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Felgueiras, Maria do Rosário Patrício (PS), fez-se representar pelo Tesoureiro do seu Executivo, o Sr. **Adriano Luís Alves**.-----

-----**Faltaram** os Deputados Municipais António Manuel Miguel Mendes (Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Velha – PS) e João Carlos Evangelista (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP), tendo a Mesa considerado justificadas as respectivas faltas, face ao solicitado por escrito, entregues pelos próprios no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.-----

-----Por parte da **CÂMARA MUNICIPAL** estiveram presentes: O Senhor Presidente da Câmara, Eng.º Aires Ferreira; os Senhores Vereadores em regime de permanência, Eng.º José Aires, Eng.ª Alexandra Sá e António Moreira; e o Senhor Vereador em regime de não permanência, Dr. Nuno Gonçalves.-----

-----De seguida teve início o ponto um da Ordem de Trabalhos:-----

----- **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**O Presidente da Assembleia** deu nota da diversa correspondência recebida, com o registo número cinquenta e três a setenta, cujo mapa foi distribuído a todos os presentes, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal, referenciando uma carta do Governo Civil de Bragança e que seguidamente leu na sua íntegra:-----

Assunto: Concurso *“Personalidades Femininas do Distrito de Bragança”*.

No âmbito das Comemorações do Dia Internacional da Mulher do presente ano, o Governo Civil de Bragança encontra-se a promover o concurso *“Personalidade(s) Feminina(s) do Distrito de Bragança”* que pretende homenagear mulheres transmontanas com um percurso pessoal, profissional ou social de elevado mérito e contributo para o desenvolvimento da região.

Neste sentido, serve o presente ofício para reiterar mais uma vez o enorme interesse público desta iniciativa, pelo que se apela à participação de todos, entidades públicas e privadas do Distrito de Bragança, bem como grupos de cidadãos da sociedade civil, que pretendam distinguir as mulheres do seu município, através do envio das candidaturas para o Governo Civil de Bragança, até 31 de Dezembro, conforme o regulamento disponível no site www.gov-civil-braganca.pt.

O Governador Civil – Jorge Manuel Nogueiro Gomes.



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** usou da palavra e disse: “Queria igualmente fazer uma referência antes do início propriamente dos nossos trabalhos e que é a seguinte. Pela primeira vez foi entregue aos Grupos Parlamentares parte deste documento importante que a Câmara apresenta para discussão na nossa Assembleia, em CD-ROM. Por conseguinte, como sabem esteve disponível no gabinete de apoio para o efeito, o documento a que podiam aceder ambos os Grupos Parlamentares. No presente e no futuro também qualquer senhor Deputado deverá dirigir-se ao funcionário de apoio senhor Favorino, para que mais facilmente possam aceder a toda a documentação em suporte de papel”. -----

-----De seguida submeteu à apreciação e votação as actas das Sessões anteriores. -----

-----**Acta N.º 6 da 3.ª Sessão Ordinária realizada no dia 30 de Junho de 2010:** -----

-----Não havendo da parte dos senhores Deputados qualquer reparo ao conteúdo da acta foi posta à votação que, num universo de 36 votantes, obteve os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	20	12	32
Abstenções	3	1	4
Votos Contra	0	0	0

-----Assim, a acta em causa, foi aprovada **por maioria**, com a abstenção dos senhores Deputados Armando da Cruz Ferreira, Adriano Luís Alves e Basílio Mário Lázaro (do PS), e Luís Amadeu Gaspar (da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP), motivadas por ausência à respectiva Sessão.

-----Seguiu-se a **Acta N.º 7 da 4.ª Sessão Ordinária realizada no dia 06 de Setembro de 2010:** -----

-----Sobre esta acta o senhor Deputado Carlos d'Abreu, representante da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, fez chegar à Mesa um **Requerimento**, com o seguinte teor: -----

Considerando que a acta relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 6 de Setembro p.p., não reproduz na página 13 a minha intervenção, em resposta às perguntas insinuosas do Membro Francisco Fevereiro, supostamente por não me ter feito ouvir, ou por não poder ter sido ouvido (é este o significado de “inaudível”), o que é estranho, pois a acta reproduz as três intervenções realizadas logo de seguida, claramente a replicarem as tais palavras (as minhas) que não foram ouvidas.

Mas afinal fui ou não ouvido? Ou apenas três pessoas me ouviram?

O que se passou para apenas a minha intervenção não ter sido registada?

Publica-se a resposta do mesmo Membro à tal minha intervenção (aquela em que não pude ser ouvido), “em defesa da honra” note-se, na qual me exige que esclareça melhor, caso contrário considerar-me-á um “arruaceiro”.

Assim, por considerar não ter havido equidade no tratamento desta questão e por ter também direito a defender a minha honra, para além de exigir explicações para este facto, solicito que me seja dada a oportunidade de tentar reconstituir as minhas palavras para que se minimize a situação criada, e com ela (reconstituição) se proceda à rectificação da referida acta, para que os leitores possam aferir da minha qualidade (ou não) de “arruaceiro”.

Na página 12, transcreve-se a intervenção de Francisco Fevereiro, da qual destaco os excertos seguintes e sobre os quais incidiram a minha resposta:

- “Qual foi o seu contributo na parte produtiva para o concelho?”

- “Que parte do seu orçamento familiar é gasto no concelho?”

- “Que riqueza é que ele põe da sua parte produtiva ou de capital a circular no concelho, para que o concelho se desenvolva e tenha emprego e tudo o mais que aquilo que ele apregoa?”

- “Se o subsídio que ele recebe das deslocações que faz à Assembleia Municipal, pelo menos essa verba é gasta em Moncorvo?”



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A tudo isto terei respondido:

Pertenço a duas freguesias deste concelho e aqui fui nado e criado. Tenho casa e prédios rústicos em ambas. A maior parte desses bens foram herdados. Mas herdar casas e propriedades neste concelho é herdar trabalho e despesas. Trabalho e despesas a que nunca me furtei. Beneficiei as casas e a grande maioria dos prédios, ao contrário do senhor que os tem a monte. Apesar de ter de ganhar a vida fora do concelho, uma vez que aqueles que há um quarto de século o governam não têm tido a capacidade para o desenvolver, por forma a que não tenhamos que continuar a migrar.

No âmbito da minha actividade profissional, que tem decorrido na administração pública, desde a primeira hora me esforcei para me aproximar fisicamente deste território, isto é, vir trabalhar para mais perto. Porque a este rincão nunca renunciei. E nele passo todo o tempo que me é possível, em geral entre dois ou três dias por semana, para além dos períodos de férias.

E sabe ao que venho? A gastar aquilo que ganho fora daqui. Ou melhor, a pagar para trabalhar. Trabalho eu, a minha família e os jornaleiros que contrato ao longo de todo o ano. Razão pela qual disse “gastar” e não investir. Mas os lavradores estão condenados a isso. E eu também sou lavrador, mesmo que a tempo parcial.

Daí decorre que pago aqui também os meus impostos. Por isso aquilo que aforro é aqui enterrado, como enterrado também eu serei (se para tanto me fizerem a vontade). Na terra dos meus ancestrais e a que pertenço.

Mas o contributo para a defesa deste concelho (e região) não acaba aí. Enquanto investigador, divulgo-o junto de vários areópagos, mormente na Península Ibérica, apresentando comunicações com os estudos que nele e sobre ele realizo, a expensas próprias. E diz quem conhece essa minha actividade através das respectivas actas e outras publicações, que já são bastantes.

Diga-me agora senhor Francisco Fevereiro, quais foram os investimentos que o “seu” presidente realizou no concelho durante o quarto de século em que vive à sua custa?

Diga-nos também “que riqueza é que ele põe da sua parte produtiva ou de capital a circular no concelho, para que o concelho se desenvolva ...?”. Informe-nos onde tem ele investido as suas poupanças decorrentes do salário (que é chorudo como sabemos), das ajudas de custo, das ajudas de representação, das mordomias, das alcavalas e etc.?

A defesa incondicional, a maior parte das vezes até despropositada, que o senhor faz do bicho-careto do presidente da Câmara Municipal é suspeita. O senhor foi seu adversário numa eleição à presidência da Câmara, numa outra lista partidária, e em cuja campanha revelou tê-lo como incompetente e, de repente, na eleição seguinte, passa a principal apoiante e a integrar as suas listas. O que se passou? Porque se deixou comprar?

-----Seguiram-se as seguintes intervenções: -----

-----**Presidente da Assembleia:** Considerando como se considera que as suas declarações em resposta a esta troca de opiniões e posições com o senhor Deputado Francisco Fevereiro e que não vieram reproduzidas em suporte magnético, portanto, não constam da gravação, porque *inaudível*, eu pergunto aos senhores Deputados se porventura e em particular ao senhor Deputado Francisco Fevereiro, se a explicação com o desejo do senhor Deputado Carlos d'Abreu de que esta versão seja introduzida ou acrescentada à acta em resposta, se considera que corresponde ao que efectivamente foi dito ao tempo, portanto, sobre essa matéria dava-lhe a palavra. -----

-----**Francisco Fevereiro:** Eu faço aqui um apelo à memória de todos os presentes, porque aquilo que o senhor Deputado Carlos d'Abreu falou, uma parte está aí incluída naquilo quando ele diz que tem os prédios e que tudo o mais está sim senhor, mas nada de tão romanceado. Por outro lado, falta o essencial. Ele não falou da última eleição em que eu fui candidato, e está aí mais uma mentira, é que eu sempre disse em campanha *que era capaz de fazer melhor*, nunca *o considere incompetente*, e se a RBA tiver a cópia dos debates eu ainda me lembro bem que a moderadora virou-se para mim numa parte do debate e diz-me assim: *mas olhe lá, então, mas o senhor é candidato concorrente e está de acordo em quase tudo com o senhor Presidente e contra a ideia do senhor engenheiro Florentino?* E, eu disse: *eu não seria tão cínico que fosse dizer sim a todas as medidas com que não concordo*, e frisei por



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exemplo a linha de estrada para a Barca d'Alva e outros mais com que eu concordava absolutamente. Eu tenho boa memória, fui conhecido no liceu e por onde tenho passado, sou muito distraído mas naquilo que é realmente importante tenho uma memória excelente. Agora, aquilo que não está aí dito é que o senhor Carlos d'Abreu não falou nessa parte, mas disse claramente que eu tinha sido comprado pelo senhor Presidente, razão pela qual de maneira nenhuma aceito que isso faça parte da acta se não for aí incluído um parágrafo em que ele disse claramente que eu tinha sido comprado pelo senhor Presidente, e foi aí que eu lhe respondi que me dissesse onde, dado que na minha actividade profissional e aí está a resposta bem clara, não tenho tido negócios com a Câmara. Além do mais também tenho a considerar que mesmo assim aí não estão respondidas as perguntas, porque eu quantifiquei um pedido, quanto, que parte, e aí não está nada disso, mas de qualquer maneira é evidente que não estando aí transcrito que ele me acusou claramente ou disse que eu tinha sido comprado, que me vendi, eu exigi na minha resposta em defesa da honra que ele dissesse, até utilizei este termo, *que diga em que moeda é que eu fui pago*. -----

-----**Orlando Mesquita:** Senhor Presidente, eu muito sinceramente e isto não é por causa de ser um Membro do PPD/PSD que está aqui a apresentar este requerimento, mas fosse quem fosse, eu penso que seria curial que esta intervenção que ele agora realmente entrega seja aceite, e acho que deve ser aceite porque uma vez que ele teve oportunidade na altura de poder explanar a situação que agora vem por requerimento, como estava *inaudível*, penso que isto será mais um suporte para poder justificar essa sua intervenção. O que eu vejo é que ao dar a palavra ao senhor Deputado Fevereiro, com todo o respeito, voltou novamente a fazer mais uma defesa da honra, portanto, mais uma razão ainda para que esse mesmo requerimento que agora foi entregue seja aceite pela Mesa. Obrigado. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Senhor Deputado o requerimento foi aceite pela Mesa, o que não significa que o seu conteúdo o tivesse sido em absoluto, e por isso mesmo dado que não temos suporte audível para justificar ou injustificar a situação do que ocorreu relativamente à acta, eu quis sobre essa matéria justificar, porque nós temos que ser rigorosos, esse é o princípio e, por conseguinte, o senhor Deputado Carlos d'Abreu vem agora em requerimento dizer, passou-se isto, isto e isto. Nós todos poderemos ter relativamente presente ou não as intervenções em absoluto, só que de facto e nesta qualidade eu tenho que num conteúdo do conjunto que aqui está asseverar por parte de toda a Assembleia se isto corresponde ou não corresponde. Em primeiro lugar tinha que dar a palavra ao senhor Deputado Francisco Fevereiro, por conseguinte, como acabámos de ouvir, o senhor Deputado Francisco Fevereiro não concorda com uma parte do conteúdo aqui escrito pelo senhor Deputado Carlos d'Abreu, estamos um pouco nesta situação, enfim, eu pergunto se algum dos senhores Deputados se recorda com mais precisão destes aspectos, sendo certo que temos que encontrar aqui uma solução para um texto final (*ouvem-se vozes*). Então, consideramos integralmente aceite o conteúdo do requerimento do senhor Deputado Carlos d'Abreu e, obviamente, a resposta do senhor Deputado Francisco Fevereiro. -----

-----Posta, então, à votação, num universo de 36 votantes, obtive os seguintes resultados: -

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	16	12	28
Abstenções	7	1	8
Votos Contra	0	0	0



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Assim a **Acta N.º 7** foi aprovada **por maioria**, com a abstenção dos senhores(as) Deputados(as) Maria Vitória Andrade Lázaro, Altina da Glória Lopes Pinto, Armando da Cruz Ferreira, Adriano Luís Alves, Luís António Carvalho, Paulo Evangelista Bento e Basílio Mário Lázaro (do PS), e Viviana Serra Cardoso Leonardo Teixeira (da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP), motivadas por ausência à respectiva Sessão. -----

-----**O Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os senhores Deputados: -----

-----**CARLOS D'ABREU:** Gostaria de fazer duas sugestões a esta Assembleia e à Câmara Municipal. A primeira delas tem a ver com os transportes rodoviários neste concelho e neste país, para sugerir que o Executivo enveredasse, ou melhor, encetasse diligências no sentido de sugerir à rede expresso que criasse uma paragem dos expressos provenientes do Sul aqui no nosso concelho, e refiro-me à Foz do Sabor, temos ali na zona do cruzamento com aquele troço do IP2, uma plataforma que serviu de estaleiro a um areeiro aqui há uns anos atrás e que facilmente poderia ser adaptada para tal fim. E porquê isto? Porque verifico que no Pocinho onde esses expressos param, a grande maioria dos passageiros que aí se apeiam são do nosso concelho, primeiro. Segundo, porque o Pocinho não tem condições para, digamos, que os autocarros estacionem e para que as pessoas que vão buscar os passageiros, familiares, possam estacionar, quem conhece aquela zona sabe que quando ali estamos encontramos-nos todos em transgressão, inclusive os autocarros, por isso, ocorreu-me que esta podia ser uma boa solução para facilitar os transportes e os passageiros aqui no nosso concelho. Isto por um lado. -----

-----Por outro lado, a outra sugestão era que não se olvidassem para o ano que vem, creio que no mês de Setembro, e agora já não vejo o meu apontamento para ter a certeza do dia, passam cem anos da chegada do comboio a esta Vila e que não se olvidassem, enfim, de o comemorar. Obrigado. -----

-----**MANUEL JOSÉ DINIS** (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho): Relativamente à correspondência que o Senhor Presidente da Câmara enviou à Assembleia Municipal, *informação cartográfica sobre a linha divisória dos termos das freguesias de Felgar e Larinho, na zona de Lamelas e Reboredo*, eu queria saber se houve alguma alteração, e no caso de haver alguma alteração, porque é que não deram conhecimento aos interessados, neste caso o Presidente do Felgar talvez esteja dentro do assunto, eu não estou, e ao Presidente da Freguesia do Larinho. É só. -----

-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** Esta informação senhor Deputado dirigida à Assembleia Municipal, corresponde a um requerimento apresentado pelo senhor Deputado António Júlio Andrade, e por conseguinte, sobre esse pedido o senhor Presidente da Câmara remete à Assembleia Municipal exactamente a *planta cartográfica sobre a linha divisória dos termos das freguesias de Felgar e Larinho, na zona de Lamelas e Reboredo*. -----

-----É esta a explicação, por conseguinte, como disse os documentos estão disponíveis para os senhores Deputados, mas o senhor Deputado António Júlio Andrade pode desde já e mostrar também ao senhor ... (*ouvem-se vozes*). -----

-----Passou-se, então, ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. -----

-----Nesta altura, o Sr. Deputado **Luís António Carvalho** (Presidente da Junta de Freguesia de Horta da Vilarça - PS) saiu da reunião. -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ACTIVIDADE MUNICIPAL – INFORMAÇÃO
ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.**

-----Foi presente a informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**CARLOS D'ABREU:** Este relatório, agora um pouco mais composto que o anterior é um relatório pouco claro, quer dizer, não há cuidado na linguagem, a linguagem não é compreensível para todos, não sei se é feito à pressa se é, digamos, que feito de ofício, mas utiliza-se aqui uma linguagem que não é compreensível pelo menos para mim. Dá a sensação que é uma linguagem própria de um determinado grupo de profissionais que, enfim, para os quais não é necessário dizer tudo porque naturalmente trabalham quotidianamente com os assuntos e, por isso, enfim, com meia palavra entendem o resto, o que não se passa comigo porque não sou técnico destas áreas, por isso, eu agradecia que isto fosse rectificado, que no futuro isto deixasse de acontecer, porque assim evitavam-se uma série de questões que eu aqui tenho para colocar, por exemplo, perguntava ao Executivo relativamente ao segundo parágrafo a que cruzamento de Ligares se refere? -----

-----Quando questionei o Executivo há uns tempos atrás sobre este assunto da Beneficiação de Estradas Municipais quais eram as estradas a beneficiar, foi aqui dito creio que pelo Vereador José Aires que seria a partir do cruzamento de Ligares. Confesso que, na altura, enfim, o que me ocorreu foi que a estrada municipal começa onde acaba o termo de Ligares e a beneficiação seria a partir daí, o que pelos vistos não aconteceu. O que eu constatei é que essa beneficiação foi feita apenas desde o entroncamento de Ligares, que é aquilo que eu ali vejo é um entroncamento, portanto, confesso que não sei a que cruzamento se refere ou para ser mais claro não foi beneficiado aquele troço compreendido entre o final da zona urbana de Ligares, a partir do qual pertence ao concelho de Torre de Moncorvo até ao entroncamento da estrada municipal, enfim, entre Maçores e Urros. Nesse mesmo parágrafo ainda diz-se, que a Estradas de Portugal pavimentou desde Açoreira ao cruzamento da ex-E.N. 220. Por acaso aqui sei que E.N. significa estrada nacional ... *(ouvem-se vozes)*, não é graças a Deus, porque Deus não tem nada a ver com isto meu caro, tem a ver com a minha ignorância, porque, enfim, eu não sou da Vila sabeis como é que é, mas é curioso porque no final deste mesmo relatório já se designa esta estrada nacional como estrada nacional e não como ex-estrada nacional, daí a falta de rigor e de clareza, portanto, já agora eu aproveito para perguntar, enfim, como não tenho a divindade para me elucidar se é ex ou se não é ex. -----

-----Depois, em determinado momento também se faz referência à realização da poda de árvore de médio e grande porte, e eu cito, *foi realizada a poda de árvore de médio e grande porte*. Que árvore é esta, onde se localiza, temos alguma árvore monumental? Eu sei que temos árvores monumentais aqui e algumas muito preciosas que até deviam ser classificadas. Espero que seja alguma delas, agora gostaria de saber qual? -----

-----Por outro lado, também nos falam do nivelamento das caixas de visita em Cabeça de Mouro. Bom, eu não sou técnico destas coisas, o que significa caixa de visita para eu poder perceber melhor a actividade da Câmara Municipal, não é? -----

-----Depois, também nos falam de ETAR's compactas. Gostaria que o Executivo nos elucidasse um pouco melhor a diferença entre uma ETAR e uma ETAR compacta. -----

-----E, logo a seguir, uma limpeza geral de redes em Póvoa. Mas redes de quê? -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Bom, para além disso diz-se que foi apreciado o Plano de Desenvolvimento da Navegabilidade do Rio Douro, tendo sido levantadas sérias reservas no mesmo principalmente por marginalizar o transporte de mercadorias, o que pode prejudicar futuramente o projecto de mineiro do Ferro de Moncorvo. Quer dizer, a própria ortografia, enfim, deixa a desejar, isto parece que é feito à pressa, isto não devia acontecer. -----

-----Relativamente a este Plano de Desenvolvimento da Navegabilidade do Rio Douro, porque é um assunto que nos interessa a todos e há muito nos preocupa, já agora, enfim, pedia o favor ao Executivo que nos falasse sobre essas reservas que levantou a esse Plano de Desenvolvimento de Navegabilidade do Rio Douro. Para já é tudo. -----

-----**FRANCISCO FEVEREIRO:** Ora, quem me conhece sabe que eu não sou muito de elogios, sou mais de crítica que propriamente de elogiar, mas há aqui uma série de actividades que corresponde àquilo que na realidade é obrigação de um Executivo do Município, que é dar, digamos, provimento às necessidades dos munícipes. No entanto, queria realçar logo que tomei conhecimento, do intenso trabalho que está feito e do qual vou começar a ser grande utilizador, e realçar mesmo com grande intensidade que todo este trabalho está feito em termos das medidas *Simplex*, porque parece-me que se está aqui a virar uma página muito importante que é o acesso dos munícipes directamente não só a informação técnica de necessidade das suas ligações como munícipe, como também de informação sobre o próprio aparelho do Executivo, da Assembleia e tudo o mais. Queria dar os parabéns aos responsáveis, directos e indirectos, de todo este trabalho que aqui está feito. -----

-----**NUNO COSTA:** Logo no primeiro parágrafo, Programa de Regeneração Urbana, e passo a citar: *o conteúdo deste programa consta do folheto que se torna a divulgar, embora as datas e os montantes nalguns casos não coincidam completamente*. Gostaria que explicasse porque é que não coincidem, se houve alguma alteração em relação a esse aspecto. -----

-----Quanto à *reabilitação do Largo da Feira* quando é que estará mais ou menos todo concluído. Gostaria que me esclarecesse sobre esse assunto. -----

-----**GUILHERMINO SOARES** (Presidente da Junta de Freguesia de Adeganha): Dirijo-me ao Executivo para pôr algumas questões que já são velhas. Eu vejo aqui no relatório da actividade do Executivo e, de facto, há aqui trabalhos a referir-se a alguns trabalhos que foram efectuados na freguesia de Adeganha. Desde já o meu reconhecimento por de facto alguns trabalhos que lá foram efectuados terem efectivamente de ser efectuados, e refiro-me nomeadamente aos da Póvoa que, de facto, foi feito ou está a ser feito visto que ainda não foi concluído. -----

-----Eu gostava de perguntar ao Executivo que estamos no fim do ano e que a famosa niveladora que devia proceder à limpeza dos caminhos agrícolas não chegou a ir à freguesia de Adeganha. Logo no princípio do ano foi elaborado um programa de trabalhos da niveladora com a indicação de datas e os locais por onde iria passar, e já aqui foi referido também na Sessão anterior desta Assembleia que no dia 23 de Agosto ela devia estar na freguesia de Adeganha. Não aconteceu e tenho conhecimento que os trabalhos da niveladora terminaram na Lousa e, portanto, fim do ano, eu tenho os caminhos agrícolas da freguesia por arranjar, claro que agora já não vale a pena. O que eu peço ao Executivo é que, de facto, no próximo ano, em vez de ser uma semana mande a niveladora duas semanas para a freguesia de Adeganha a ver se conseguimos recuperar aqueles caminhos agrícolas que estão uma miséria. Lembrar que, de facto, parece-me que a freguesia de Adeganha também é co-proprietária dessa niveladora e, portanto, não faz muito sentido que esteja fora deste programa. Eu estou convencido que sim que vamos no próximo ano resolver esse problema e que os caminhos vão definitivamente ficar arrançados. -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Uma outra questão que eu ponho ao Senhor Presidente do Executivo, no que se depreende com a obra do IP2 em Junqueira, concretamente a acessibilidade da povoação ao cemitério, em que situação concreta é que essa situação está e se já houve resposta, digamos, do dono da obra. A população está apreensiva e, portanto, é uma questão de sabermos em que ponto é que está essa situação para dar conhecimento às pessoas dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos. Os meus agradecimentos. -----

-----**MANUEL JOSÉ DINIS** (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho): Relativamente ainda à cartografia, se bem me recordo está aqui tudo alterado, qualquer dia Larinho já não é Larinho, aliás, o termo do Larinho é do termo de Moncorvo e do Felgar. Quando há anos tivemos aqui uma reunião para se delinear os limites das freguesias, o Presidente da Freguesia de Moncorvo nunca esteve presente, então, era o senhor António Moreira, não sei porque razões, ou porque não conhecia o termo ou por se querer baldar usando o termo próprio. Do Felgar houve acordo sim senhor, esteve aqui o senhor Ferreira, então, Secretário da Junta de Freguesia do Felgar, marcamos, digamos, foram delineados os limites que não estão a condizer com estes, o senhor Ferreira ainda é vivo, pode ser chamado ... (*ouvem-se vozes*), já não é vivo o senhor Ferreira? Pensei que sim. Hoje, o termo, digamos, a Quinta de Lamelas é 80% da área geográfica do Larinho, eu tenho os documentos disso que datam de mil novecentos e quarenta e tal. Virando-nos para Moncorvo o limite é a ponte seca; a Quinta da Água está no termo do Larinho, há provas disso e está aqui um presente, o senhor Fevereiro que tem um prédio no Calhoal, portanto, por cima da Quinta da Água, pertencia ao Larinho. Há coisa de uns 15 anos, o então senhor Fevereiro falecido, portanto, pai do senhor Francisco Fevereiro pediu a desanexação às Finanças não sei porque razão, com certeza interesses agrícolas, e a Junta de Freguesia do Larinho foi ouvida pelas Finanças e não mostrou nenhum impedimento para que fosse desanexada. Agora, temos os limites no Cruzamento do Larinho. O Convento está registado no Larinho; a Caseta da Quinta da Água está registada na freguesia do Larinho; a Quinta da Água está registada no Larinho; o Calhoal que é propriedade do senhor Francisco Fevereiro esteve registado no Larinho. Qualquer dia o Larinho pertence a Moncorvo, aliás, como freguesia do concelho pertence, mas o termo geográfico qualquer dia pertence a Moncorvo e ao Felgar, não temos termo geográfico. Tenham paciência mas isto tem que ser mesmo rectificado, não pode ser, até as Fontes de Lamelas nos foram tirar, foram metê-las no Felgar quando é uma exploração do Larinho, está na zona geográfica do termo do Larinho. Tenham paciência lá por ser, digamos, a Junta de Freguesia ter sido sempre uma Junta de oposição, não nos vamos massacrar, não nos vamos matar, há que ter consciência. --
-----E, já agora também, o senhor Guilhermino falou na motoniveladora, nós fomos contemplados, agora perguntava para quando a calendarização do bulldozer, estamos a precisar dele. Obrigado. -----

-----**VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º JOSÉ AIRES:** Vou procurar rapidamente e de forma sintética responder a algumas questões que foram aqui colocadas por alguns dos Membros da Assembleia Municipal. -----

-----Começava ali pelo senhor Carlos d'Abreu, quando diz cruzamento de Ligares efectivamente é o entroncamento de Ligares, porque a pavimentação foi entre Açoreira e o Pontão do Arroio, portanto, não se fez aquele troço até ao limite do cemitério em Ligares que é o limite do nosso concelho, porque a estrada não necessita de beneficiação. A 220 é Municipal entre o Pocinho e Moncorvo, e a Estrada Nacional entre Moncorvo e o cruzamento de Freixo. --
-----As caixas de visita em Cabeça de Mouro dizem respeito às caixas de visita da rede de drenagem de águas residuais, que são mais conhecidas por caixas de saneamento. -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----ETAR's compactas são equivalentes às fossas sépticas, mas com equipamentos electromecânicos e de menor dimensão em que o tratamento é forçado em vez de ser por um processo natural como é numa fossa séptica e, portanto, daí a sua designação. -----

-----Quando aqui se refere a limpeza geral de redes, diz respeito à rede também de drenagem de águas residuais da povoação da Póvoa, o tratamento foi instalado e no final da obra houve necessidade de fazer uma limpeza geral, porque uma obra que se desenvolveu ao longo de algum tempo, estava inacabada e depois foi concluída, foi necessário proceder a uma limpeza geral das tubagens para a sua entrada em funcionamento. Hoje, as pessoas da Póvoa têm acesso à rede de drenagem de águas residuais, o que quer dizer também ao tratamento dessas mesmas águas. -----

-----A questão da motoniveladora já tive oportunidade de falar com o senhor Guilhermino, houve uma pré-alendarização em que ela efectivamente estava em Agosto sempre sujeita a algumas avarias pelo caminho, porque no equipamento é necessário fazer algumas manutenções, estava lá referido, e também sujeita, no fundo, às férias dos funcionários da Câmara. Acontece que o operador da motoniveladora foi substituir o motorista do camião de recolha de resíduos sólidos urbanos e, portanto, ao substituí-lo nas férias o programa resvalou. Entretanto, quando foi reiniciar os trabalhos na Cabeça Boa choveu, os trabalhos pararam, agora que o tempo estava bom ele ainda tinha algumas férias também foi de férias e, portanto, estas coisas dos calendários a gente tenta cumprir, sendo uma empresa privada possivelmente tem dois operadores ou o patrão pode não dar férias, as coisas são de forma diferente, aqui é preciso também salvaguardar alguns serviços e os funcionários também não esticam, eles são os mesmos, até porque pelas contenções financeiras e pela dimensão da nossa Câmara, se compararem com Câmaras de menor dimensão ali ao lado vêem que o número de funcionários da Câmara de Moncorvo é significativamente inferior àquilo que algumas Câmaras de menor dimensão têm. De qualquer forma, vamos procurar dar cumprimento ao resto do calendário. ----

-----Relativamente ao bulldozer está aqui um exemplo, o operador do bulldozer, em Setembro, rescindiu o contrato com a Câmara e foi procurar melhor vida para França e, portanto, neste momento o bulldozer não tem operador, vamos tentar colmatar essa lacuna no próximo ano de 2011 com a abertura de um concurso, mas isso também está sujeito a restrições e aos PEC's que a Administração Central também exige à Administração Local. De qualquer forma, são três funcionários que eram do quadro de pessoal da Câmara que preferiram emigrar, porque como se sabe na função pública neste país os vencimentos são o que são e, portanto, pessoas com alguma capacidade e com alguma especialização procuram melhor vida noutros lados. -----

----- 2.º Período -----

-----**ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE:** A resposta ao requerimento sobre estes limites chegou-me a casa via e-mail e, sinceramente, não sei se aselhice minha, se do computador ou coisa parecida não consegui abrir o documento. Perante o mapa que me foi entregue agora realmente tenho que confessar que o termo do Larinho, historicamente é conhecida a divisão, felizmente que existiu o concelho de Mós e desde que existiu o concelho de Mós o Rei D. Dinis foi chamado a definir os limites dos termos de Moncorvo, porque já havia nessa altura questões entre os termos e, por isso, ficou definido desde essa altura, historicamente sempre soube que passava pela linha de água de Lamelas o limite entre Felgueiras e Felgar até ao alto do Reboredo, e que a Quinta do Marmeleiro desde que há o lançamento de contribuições em décimas, sempre uma parte da Quinta do Marmeleiro e toda a Quinta da Água pagaram as suas décimas no termo do Larinho. Realmente de acordo com este mapa fica cortado de uma



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faixa enorme que vai até ao alto do Reboredo, depois pela linha de água. Isto não quer dizer que tenha implicações imediatas, mas pode ter amanhã ou passado, quer dizer, se houver um parque eólico, se a freguesia do Larinho tiver direito a algumas coisas ou assim pode ser lixada, tal como aconteceu plantarem uma placa a dizer parque eólico do Felgar em pleno terreno de Felgueiras, os limites também estão definidos historicamente. Portanto, eu não sei como é que se faz agora para corrigir a situação, mas realmente não me parece que esta seja a divisão do termo do Larinho com Moncorvo, nem com Felgar, longe, muito longe, passam os limites entre Larinho e Moncorvo, tiravam-lhe aqui metade do termo. É só isso. -----

-----**CARLOS D'ABREU:** Mas, Senhor Vereador, quando lhe coloquei algumas questões mesmo que julgue, enfim, que não são importantes podem não ser para si mas para mim são, porque de facto essa linguagem, quer dizer, nós estamos aqui para perceber a vossa informação escrita é para depois nos debruçarmos sobre ela, não é? Então, mas diga-me, a EN 220 ainda existe ou não existe, é que neste relatório o senhor diz num sítio que não existe, noutro diz que existe; num sítio diz que é ex, noutro diz que não é ex, são assuntos que para mim, pelo menos, interessa. Depois, não me disse que árvore monumental é essa que foi sujeita a uma poda especial, não é? Também me interessa por esses assuntos. E, depois, também não fez referência nenhuma ao tal Plano de Desenvolvimento de Navegabilidade do Rio Douro que eu por acaso ainda não conheço mas que vou querer conhecer, porque é um assunto que também me interessa, não é? Porque a navegabilidade do Douro é uma questão recorrente, tem séculos, não é? Não esquecer o investimento que tem sido feito no nosso Douro, não esquecer o investimento que a Espanha fez em *Vega de Terrón*, não é? Há dez anos atrás dezenas de milhões de euros que ali investiu e que está à espera da navegabilidade, quer dizer, e quando os meus amigos do outro lado da raia me perguntam sobre estas questões eu fico embaixado, apetece-me às vezes dizer que a navegabilidade não funciona para as mercadorias, não é? Apesar de as nossas eclusas estarem, enfim, prontas, aptas, a serem transpostas por embarcações com uma capacidade de carga superior à de cem camiões, não é? Porque é que as coisas não funcionam às vezes apetece-me dizer que não funcionam porque Portugal, enfim, sempre põe areia na engrenagem para que não funcionasse. Por isso, enfim, quais foram as tais reservas, sérias reservas, como vós aqui dizeis foram levantadas relativamente a esse Plano de Navegabilidade? -----

-----**FRANCISCO VARELA** (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa): Sobre esta informação escrita do senhor Presidente, queria falar sobre a questão do espalhamento de sal nas estradas municipais. Nós sabemos que a freguesia da Lousa está a 800 metros de altitude e sempre que cai neve a estrada municipal desde o cruzamento até à Lousa é muito complicado, inclusive eu há três semanas fiquei lá logo a seguir ao cruzamento e estive meia hora para que o carro fizesse à volta de cem metros e foi preciso empurrar o carro. O que me parece é que não houve espalhamento de sal naquela zona, portanto, esqueceram-se da Lousa. Para além disso, acho que era importante o espalhamento de sal não só na estrada municipal mas também na própria freguesia porque há lá ruas que precisam, eu não tenho fundo monetário para andar a comprar sal, convinha que pusessem lá algum sal para esse efeito. -----

-----Por outro lado, era importante não só falar daquilo que foi feito, mas daquilo que não foi feito, porque há seis meses a esta parte que tenho vindo a referir-me à questão das fossas, veio-se protelando e final do ano não vi ainda nada feito. O Orçamento para 2011 não sei se contempla ou não, digamos, essa questão, mas era importante que resolvessem esse problema porque eu tenho lá população fidedigna. -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em relação também ao Plano de Actividades que eu apresentei, fiquei um bocado aborrecido porque grande parte das coisas que se pretendem fazer não se conseguem, como é evidente, nós na Lousa temos ainda locais onde não há saneamento, e o senhor Presidente da Câmara disse-me que para o próximo ano também não se ia fazer nada, portanto, isto é incrível. -----

-----Em relação ao bulldozer nós sabemos se há freguesias com caminhos e “ladeiras” que necessitam realmente de uma compostura é a Lousa e, neste momento, necessitava que o bulldozer fosse para lá algum tempo, não é? E pelos vistos nem daqui a três anos, vou acabar o mandato e não vou ter lá o bulldozer. Muito obrigado. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Hoje estamos num dia histórico, porque neste momento ou durante o dia de hoje é aberto ao trânsito o troço da auto-estrada IP2 desde o Chafariz dos Ventos até à ligação com a A25 em Celorico da Beira. Para quem durante tantos anos optou pelo IP2 só lamento que a auto-estrada fique ali, porque sempre defendi que o IP2 é que devia ser auto-estrada do distrito de Bragança, mas, quando no próprio concelho me tiraram o tapete nessa defesa, eu recorro que, a 3 de Janeiro de 1998, na tomada de posse, coisa inédita, o candidato derrotado pediu a palavra, coisa que pelos vistos o director de um jornal achava que era lógico, para questionar exactamente a prioridade ao IP2. Obviamente, é impossível, mas não deixa de ser uma data histórica que, hoje, o troço que é fundamental, do meu ponto de vista, para o concelho de Moncorvo comece a ver a luz ao fundo do túnel. -----

-----Um dos aspectos essenciais deste período da actividade municipal e que não foi referido foi a questão do fundo financeiro do Baixo Sabor. O despacho da Ministra do Ambiente, saído em Setembro, foi obviamente contestado pelos Municípios estando ainda a aguardar a redacção daquilo que foi acordado. É, no entanto, de salientar que há um acordo que vai permitir que grande parte desse fundo seja gerido pela Associação de Municípios do Baixo Sabor, e estamos a falar de uma verba que, neste momento, já tem setecentos e cinquenta mil euros, estamos a falar de uma verba anual na casa do meio milhão de euros, no mínimo, durante 50 anos, portanto, estamos a falar de muitos milhões que podem contribuir para o desenvolvimento da região. Este facto, talvez tenha sido do meu ponto de vista, o facto mais saliente neste período desde a última Sessão da Assembleia Municipal. -----

-----A questão também bastante importante da Navegabilidade do Douro é simples de resumir embora seja um Plano com mais de 100 páginas, que está disponível na Divisão de Ordenamento e Obras Particulares da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. Eu aproveito para dizer o seguinte: eu fui vereador na oposição dois mandatos e naquela época era negado quer aos vereadores quer aos membros da Assembleia Municipal acesso aos documentos da Câmara. Quem esteve em funções nessa época sabe perfeitamente isto e sabe as cenas que se passaram. Agora, neste momento, há uma estrutura de apoio, há gabinete para os membros da Assembleia Municipal e para os vereadores da oposição poderem trabalhar nas instalações da Câmara, têm um funcionário de apoio e têm acesso livre a qualquer documento. Agora, o que não há é disponibilidade para andar a tirar montes de cópias como um requerimento que eu vi em que pedia tudo o que tem a ver com pessoal, nós estamos a falar de milhares de páginas, estamos a falar de algumas centenas todos os meses, não vamos tirar fotocópia de tudo isso, nem pensem nisso. Chegam às instalações municipais, pedem ao funcionário, têm acesso a tudo aqui dentro, não vão levar para casa nem vão levar cópia, lamento, mas isto é o normal em qualquer Município e nalguns nem isto existe. -----

-----O Plano de Navegabilidade do Douro resume-se muito simples, está todo virado para o turismo e mesmo assim já fui criticado por sectores de turismo, porque consideram que o



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

turismo não deve ser só 8 meses no ano, portanto, no fundo, a navegabilidade está prevista para 8 meses no ano. O transporte de mercadorias que na década de setenta foi a base para lançar a navegabilidade do Douro é completamente marginalizada, recorde-me, particularmente, porque o meu trabalho de Seminário de Planeamento na Faculdade foi exactamente sobre a navegabilidade do Douro, e ainda como técnico estagiário na Comissão de Coordenação, em 1978, o Prof. Valente de Oliveira numa reunião de técnicos mandou-me falar sobre a questão da navegabilidade do Douro e, na altura, a navegabilidade do Douro (para o caso de não se recordarem) viria a ser assinalado o seu início dos trabalhos em 1981 com o Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão, Governo da AD, e nessa época a sustentação para a defesa da navegabilidade do Douro era os mineiros de Moncorvo e a exportação de granitos. Entretanto, neste momento, praticamente funciona para o turismo e essa é basicamente a grande questão. Não é previsto um cais de mercadorias no lado de Moncorvo, o que será imprescindível para poder realizar-se o transporte do minério de ferro, como não é prevista a dragagem que já esteve em PIDAC há anos atrás entre o Pocinho e a Valeira, que é essencial para o calado das embarcações de transporte de mercadorias e que a última vez que esteve em PIDAC orçava em dezanove milhões de euros. A solução que, neste momento, está a ser desenvolvida pela empresa que está a estudar o minério de ferro é o transporte em mineroduto até ao rio Douro e depois por via fluvial a partir do Pocinho, aliás, já era a solução apontada no projecto apresentado em 1985 e, na altura, foram equacionadas outras hipóteses, até no caso foi também estudada a hipótese da ligação ferroviária a ligar a linha do Douro no Pocinho à linha da Beira Alta em Vila Franca das Naves foi posta de lado, e a solução que agora está a ser apontada é exactamente idêntica à de vinte e cinco anos atrás que é o transporte fluvio-marítimo. A diferença é que não haverá transporte por caminho-de-ferro até ao Pocinho, mas por mineroduto, embora eu tenha dito à empresa mineira se fosse necessário para o projecto mineiro, o Município prescindiria com certeza da ecopista. -----

-----Bom, desculpe eu ter interrompido falar quando estava a falar é que depois não ouvem, porque ali o senhor Deputado Carlos d'Abreu parece que não ouviu uma coisa que o Eng.º José Aires disse claramente, a 220 é Municipal entre o Pocinho e Moncorvo e a Estrada Nacional 220 entre Moncorvo e Cruzamento de Freixo. Acho que isto não admite qualquer dúvida, é perfeitamente claro, há um troço que foi entregue ao Município, há outro que é nacional, onde, aliás, as Estradas de Portugal intervieram em 1979. -----

-----Também, de facto, uma das actividades principais deste período é realmente o grande avanço registado na questão das medidas *Simplex* e da transformação num Município digital, começando já pelas reuniões de Câmara. -----

-----Na questão da Regeneração Urbana quando se diz, os montantes e os prazos não coincidem, os prazos é fácil verificar, há coisas que se previa ter começado mais cedo e acabar mais cedo e que estão, neste momento, com uma dilação, porque entretanto também os contratos de financiamento só foram assinados agora neste período, em Setembro e, portanto, não havia financiamento. Por outro lado, a questão dos montantes teve a ver nomeadamente com baixas de praça, uma operação como a rua Nova que estava na candidatura com oitocentos e tal mil euros, veio a ser adjudicada por setecentos e tal mil e, portanto, há um refazer dos números nos contratos de financiamento. -----

-----O Largo da Feira concluído o mesmo de acordo com o que está nesse projecto que está no folheto, penso que só no início do Verão, porque para mim concluído o mesmo é estar também instalado no Largo da República o bar e o equipamento de apoio infantil que estão previstos no projecto, e ainda se vai proceder ao concurso público. -----

-----É óbvio que no IP2 há alguns problemas, aliás, recentemente foi abandonada a



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

travessia do Sabor no corrimento do contra-embalse do Feiticeiro, e a opção é a de fazer uma nova ponte a montante da actual ponte do Sabor. Ainda está um estudo a decorrer entre Junqueira e Pocinho. -----

-----Quanto à questão concreta colocada pelo senhor Presidente da Junta de Adeganha, o Executivo tomou posição, por unanimidade. Ainda estamos a aguardar resposta. -----

-----As questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta da Lousa, nomeadamente a do saneamento têm cabimento na discussão do Orçamento do próximo ano. De qualquer maneira, também gostaria de adiantar uma questão. Na minha opinião, mas eu democraticamente aceito a opinião dos outros e quem fez mais finca-pé contra a minha opinião foi o Eng.º José Aires, porque pela minha opinião vendíamos a motoniveladora e o bulldozer pura e simplesmente, e a Câmara deixava de ter bulldozer e motoniveladora. Agora, obviamente, eu tenho que aceitar a opinião e, nomeadamente do vereador do pelouro que considerou importante manter exactamente pelo apoio às freguesias, pelo combate aos fogos, etc. -----

-----E, termino, dizendo que ao discutirmos a cartografia estamos a falar do menos importante. A nova Lei das Finanças Locais e parece que há dois anos a esta parte que eu alerto para as consequências da nova Lei das Finanças Locais, menoriza enormemente a área e valoriza extremamente o número de habitantes e, portanto, aí um concelho como este de quinhentos quilómetros quadrados, mas apenas com dez mil habitantes, obviamente, será penalizado. E se calhar mais importante do que aquilo que foi dito quem é que esteve numa reunião assim e assado, foi alguma displicência de alguns Presidentes de Junta, em 2001, quando do recenseamento da população e da habitação. Há erros que se pagam caro, uma freguesia que baixou no *ranking* das freguesias do Município, o senhor Ismael desculpe, mas eu vou dizer que foi Carviçais que era a segunda freguesia do concelho, passou para terceiro, foi ultrapassada pelo Felgar, mas foi penalizada porque a população estudantil que está fora não foi recenseada. Acontece que quem estuda no Porto, em Coimbra ou em Macedo, não é população residente lá, é população presente, a residência enquanto forem solteiras ou solteiros teoricamente continua a ser a residência do pai e, portanto, deveriam ter sido contabilizados, não foram e perderam aí dezenas de habitantes, não houve essa preocupação. Segundo, a Macieirinha pela primeira vez em muitos anos, metade passou para Freixo, tem a ver com os tais limites, o limite do concelho passa a ser no meio da Macieirinha, é um disparate absoluto, porque não havendo nenhuma povoação chamada Macieirinha em Freixo, esses habitantes da Macieirinha que foram considerados habitantes de Freixo são considerados isolados, isolados com abastecimento domiciliário de água, isto é um disparate absoluto e, portanto, isto é consequência de alguma displicência com que o recenseamento foi tratado. Este recenseamento para o ano de 2011 não está a começar bem, porque eu estive também de algum modo ligado ao recenseamento de 2001, eu estava, na altura, no Ministério do Planeamento, o Instituto Nacional de Estatística estava integrado no Ministério do Planeamento e o recenseamento de 2001 foi começado a tratar em Março de 2000, o recenseamento de 2011 foi começado agora a tratar em Outubro. A primeira reunião que houve foi na Quinta-feira, eu não pude estar presente, esteve presente o Chefe de Gabinete, porque Quinta e Sexta-feira houve reuniões da Comissão Ambiental do Baixo Sabor na Comissão de Coordenação, no Porto. Vai haver também as tais reuniões com os senhores Presidentes de Junta e aí também vão ser discutidos os limites, portanto, aí é a altura certa, porque se alguém está preocupado com a área, o senhor Deputado António Júlio Andrade tem alguma razão na questão quando dá o exemplo do eólico, mas na questão da Lei das Finanças Locais a área vai contar muito pouco e, portanto, vai preocupar-nos é não deixarmos população por recensear como tem ficado sistematicamente, e somos nós, porque não são as jovens contratadas pelo INE que se



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vão preocupar com isso, batem à porta uma vez não está lá ninguém não voltam lá, temos que ser nós a preocupar-nos com isso e não deixar ficar ninguém por recensear, porque é isso que vai contar na Lei das Finanças Locais, e nessa reunião vai haver com certeza ocasião para rediscutir os limites geográficos. Não está ainda marcada, mas todos os senhores Presidentes de Junta vão ser chamados a essa reunião para o recenseamento de 2011. -----

-----**A Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tomou conhecimento da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a recente actividade municipal.** -----

PONTO 2 — 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2010. -----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia três de Dezembro do ano de dois mil e dez. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**CARLOS D'ABREU:** Apenas porque tem a ver directamente ou mais que directamente relacionado com o antigo Património que eu também costumo tratar, pergunto: a Câmara Municipal, neste momento, dispõe de um profissional com a categoria de Assistente de Arqueologia? -----

-----**NUNO COSTA:** Não sei se foi algum erro, mas aparece na área de formação académica e/ou profissional – Contabilidade e Administração e depois Administração e Contabilidade. Gostaria que me esclarecessem se é tudo igual ou só mudam as palavras de ordem, e na questão que diz aqui, nomeado como Consultor de Informática. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esta alteração a única coisa que altera são os dois lugares que estão em baixo, o resto é tudo que já foi aprovado nesta Assembleia Municipal aquando do Orçamento, por exemplo, a pergunta que está a fazer já estava no ano anterior, ou seja, a Câmara pode nomear dentro do Especialista de Informática um para chefiar que é o Consultor de Informática. Não há duas pessoas, há uma pessoa só, exactamente como Chefe de Divisão, a chefia não é um lugar de quadro, é um lugar de comissão de serviço. Não sei se fui claro. ----

-----Quanto à Contabilidade e Administração – Administração e Contabilidade, tem a ver com o nível, suponhamos, um é nível V outro é nível IV, fundamentalmente tem a ver com isso. Mais do que isso e quanto à questão, sabendo nós que a Proposta de Orçamento de Estado de 2011 aprovada na Assembleia da República veda completamente a possibilidade de contratação, de admissão, etc., tínhamos que tomar decisões a tempo e horas para não sofrer no próximo ano lacunas, porque por outro lado há também as medidas do PEC e há por outro lado o Saneamento Financeiro que nos impõe a redução de colaboradores e, portanto, tiveram que se fazer opções e reduzir ao mínimo o que consideramos indispensável, e podem ver no mapa junto ao Orçamento de 2011 uma grande zafia em termos de número de lugares. Aqui estes dois casos e concretamente referindo o caso citado da Arqueologia, embora também saibamos que o Orçamento prevê a prorrogação excepcional da mobilidade, decidimos que os casos de mobilidade quando cessam vão cessar não vamos continuar e, portanto, num caso em que há uma pessoa com vínculo à função pública e que está a desempenhar as funções de Comandante Operacional Municipal e cujo lugar na função pública é Assistente de Arqueologia, seria vantajoso para o Município que ele passasse a integrar o Quadro do Município, significando que com isto continua a existir um Comandante Operacional Municipal sem a



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara o nomear como tal e sem a remuneração como têm vários nomeados por aí fora, e que mesmo aqui no distrito de Bragança normalmente ultrapassa os dois mil euros/mês, portanto, é poupança para o Município e é daí que se propõe e que mesmo assim o lugar é aberto por procedimento concursal limitado com vínculo à função pública. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 34 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	10	32
Abstenções	0	2	2
Votos Contra	0	0	0

(O Deputado Manuel José Dinis, representante da Bancada da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, estava ausente na votação).

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Deputados António Júlio Andrade e Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, aprovar a presente proposta de alteração ao Mapa de Pessoal do Município referente ao ano de 2010, nos termos das disposições conjugadas no art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e artigo 53.º n.º 2 alínea o) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002.** -----

PONTO 3 — APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011 E MAPA DE PESSOAL 2011. -----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia três de Dezembro do ano de dois mil e dez. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**NUNO COSTA:** Antes de apurar tecnicamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2011, tenho aqui uma dúvida. Nas informações que vieram para a Vereação do Grupo PPD/PSD-CDS/PP distribuída pela Câmara Municipal não vinha uma rubrica que aqui aparece. Eu gostaria de saber se é um erro, senão vamos ter que suspender a Assembleia para vir nova documentação, porque este valor de trinta mil euros para o GDM continua a estar aqui e na Câmara não apareceu. Na informação reflectiu-se como uma despesa e é uma transferência para o GDM. -----

-----Em relação a estas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 incluindo o Mapa de Pessoal, reporto que trata-se de um orçamento previsional que pode ser alterado, como aliás, já foi alterado bastantes vezes, não sei quantas, suponho que sejam no total do ano vinte e duas, o que desvirtua um pouco a definição do orçamento camarário. Há um aumento da despesa, o que nos deixa bastante preocupados, deixa-me preocupado a dívida a Bancos que se situa em onze milhões e meio de euros, e deixa-me preocupado um aumento no PPI de cerca de cinco milhões de euros, onde estará incluído uma tranche na ordem dos trezentos e cinquenta mil euros, das eólicas, não sei se esse será uma realidade ou não. É um Orçamento de vinte e dois milhões de euros, não sei se será um bocado “megalómano” este valor, e preferia colocar já uma questão breve que aparece aqui das Bolsas de Estudo ao Ensino Superior Público, quarenta e cinco mil euros, isto estará em dívida? -----

-----**CARLOS D'ABREU:** Neste documento foi muito agradável para mim ver pela primeira vez nestas mais de duas dezenas de anos contemplada a implementação do Museu do Castelo. Se é aquilo que eu penso, está orçada em quinhentos e cinquenta e nove mil



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

setecentos e trinta e três euros, com uma candidatura aprovada ou realizada em 16.04.2010 e aprovada com contrato de financiamento, 33,01% por parte da Autarquia, e 66,99% por parte do QREN, a executar em 2011. A questão que eu pergunto é esta: o Museu a que se referem tem a ver com estas escavações arqueológicas aqui no passeio público no sítio do antigo Castelo de Moncorvo? Se é esse o sítio, se é esse espaço a musealizar o projecto, o que contempla? Contempla apenas o sítio da escavação arqueológica ou a escavação arqueológica vai ser alargada para se poder cumprir aquele sonho de há dezenas de anos de podermos transformar o espaço do antigo Castelo, subterraneamente é certo, num espaço museológico. -----

-----Depois, congratulo-me também com a criação de uma Rede de Postos de Turismo em fase de aprovação da candidatura, e a minha pergunta é onde é que estais a pensar localizar essa Rede ou quantos Postos vão fazer parte dessa Rede? -----

-----Por último, não posso deixar mais uma vez de questionar que volvidos dezenas de anos se continue a adquirir o Solar do Barão de Palme. Pergunto se é desta vez que finalmente esse malfadado imóvel irá pertencer à Autarquia? -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** O debate do Plano e Orçamento no Executivo teve três momentos, um ainda sem nada, digamos, das Grandes Opções do Plano; depois numa reunião extraordinária em que já havia um borrão, chamamos-lhe assim, um rascunho, uma base, próximo da definitiva na qual ainda faltava afectar cerca de meio milhão de euros, havendo entre outras coisas a distribuir verbas das pavimentações das freguesias; e depois, então, na primeira reunião ordinária de Dezembro é que foi distribuído o Plano e Orçamento definitivo que foi sujeito a votação, e esse que foi sujeito a votação é exactamente igual ao que os senhores têm, aliás, há duas rubricas novas que não estavam no tal borrão da reunião extraordinária, mas, nesse que o senhor Deputado Nuno Costa referiu, chamo a atenção para ele no meu texto, na página 3, eu digo o seguinte: -----

- *Além de concretizar as medidas do Plano de Saneamento Financeiro, os Documentos Previsionais para 2011 prevêem quase todas as medidas preliminares definidas pelo Executivo, por unanimidade, em Junho de 2010.* -----
- *E o quase advém de alguns dos objectivos acabarem por se resolver contraditórios como o de conjugar a diminuição de custos com pessoal com o aumento da administração directa (caso da manutenção do campo de jogos Dr. Camilo Sobrinho) (**está cá**) e de manter grupos sem proporcionar a respectiva formação (caso da Escola Sabor Artes).* -----

-----Portanto, no meu texto chamo a atenção para este caso, não se manteve a deliberação de Junho. No entanto, eu saliento que enquanto às associações e às colectividades o corte em relação ao Orçamento de 2010 é de 25%, no caso do Grupo Desportivo é praticamente 60%, cento e vinte mil euros, menos, porque o contrato para formação de 2010 para 2011, tem um corte de cento e vinte mil euros. -----

-----Agora, eu ainda há pouco acabei de referir, na minha opinião, ter-se-ia vendido o bulldozer e a motoniveladora; na minha opinião, reduziríamos cada vez mais a administração directa; na minha opinião, a administração directa do Município deve ser apenas a manutenção e a conservação; (o senhor Presidente da Junta do Felgar não está a ouvir e por maioria de razão devia ouvir). Na minha opinião, a Câmara é apenas para manutenção e conservação. Na economia privada o tecido na construção civil é suficientemente robustecido para quando for necessário quer a Câmara quer as Juntas, poderem recorrer à iniciativa privada. Só há uma área em que no concelho e na região a iniciativa privada não corresponde que é a questão dos fogos, e aí, obviamente, temos que manter uma equipa porque sempre que houver qualquer



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conservação mesmo que com maior dimensão, qualquer reparação feita por uma empresa que vem cem quilómetros de distância vai ficar caro. Agora, em termos de maquinaria, em termos de construção civil, o concelho está suficientemente robustecido para se poder recorrer. -----

-----Agora, o facto é que ainda assim nós estamos a reduzir pessoal, como disse há pouco o senhor Vice-Presidente houve máquinas paradas por falta de operador e, portanto, não podemos estar a assumir novos compromissos na área da manutenção, ainda para mais no caso de um campo que exige uma atenção permanente, e não esquecendo que, hoje, se calhar a principal actividade do Grupo Desportivo é exactamente as camadas mais jovens, aliás, tanto quanto eu sei mesmo na equipa sénior a maioria é de Moncorvo. Este campo é pouco requisitado efectivamente, a GNR já o requisitou de vez em quando, talvez uma vez por ano, é pouco, mas está à disposição do público em geral. -----

-----E, já agora, a outra rubrica que não estava na reunião extraordinária mas que estava já no Orçamento que foi sujeito a votação no Executivo e que é exactamente igual sem tirar nem pôr ao que está, hoje, em apreciação, é o busto da Dr.^ª Lurdes Girão, se repararem está para 2011, 2012 e 2013. Estávamos, obviamente, a contar com uma maior adesão e uma maior participação das pessoas em termos de donativos, o Município não estará em condições em 2011 por si só de fazer face ao pagamento do busto, estamos a falar de uma verba que daria para sustentar oito meses o Transporte Urbano, por exemplo, que é uma das coisas que é criticado por se ter cortado. Face a todos os cortes que tem havido, há despesas que têm que ser adiadas, se houvesse maior adesão da população no sentido de contribuir poderia ter-se feito mais depressa, assim não pode e, portanto, porque não faz sentido gastar perto de trinta mil euros não estando no Orçamento, não estamos a falar de cinco, seis ou sete mil euros, estamos a falar de quase trinta mil euros, tinha que estar transparentemente no Orçamento. ----

-----Com certeza que a senhora Chefe da Divisão Técnica do Património terá o maior gosto em mostrar e debater o Projecto do Museu do Castelo com o senhor Deputado Carlos d'Abreu, só lhe direi é que foram feitas algumas alterações por via de imposição do IGESPAR e, portanto, agora, obviamente, a intenção foi sempre criar o espaço museológico de acesso público que seja a memória do Castelo. -----

-----Quando se fala em Rede de Postos de Turismo, Moncorvo é um dos Postos de Turismo âncora no âmbito da Rede de Postos de Turismo do Douro. Por isso, e por exigir uma dimensão superior àquela que o actual Posto de Turismo tem, é que tem que se avançar para o novo Posto de Turismo agora chamado Centro de Informação Turística, num investimento na casa dos trezentos mil euros. Claro que será financiado em cerca de 80%, cuja concretização é naquele edifício adquirido, quem vem do Viaduto em direcção à Praça Francisco Meireles, à sua direita, é aquela casa em ruína, digamos, que só está o buraco, é aí que vai ser instalado o Centro de Informação Turística de Torre de Moncorvo. -----

-----E, finalmente, comungamos do mesmo desejo que em 2011 se acabe a telenovela do Solar do Barão de Palme. -----

----- 2.º Período -----

-----**NUNO COSTA:** Uma última questão. Nas Opções do Plano e Orçamento ainda não vem reflectido o empréstimo que nós aprovámos de nove milhões e quatrocentos mil euros. Pergunto eu, caso o Tribunal de Contas não aprove o empréstimo qual é a situação verdadeira do Município? O que é que acontecerá? Também diz que só haverá obras no limite máximo de cinquenta mil euros. Gostaria de saber a opinião do Executivo. -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**LILIANA FERNANDES:** Eu queria apenas deixar uma nota que no meu entender é uma falha do Executivo em não termos um mapa de execução referente ao Plano e Orçamento de 2010, falha que pode ser colmatada no próximo ano. -----

-----**ANTÓNIO JÚLIO ANDRADE:** Gostava de ser esclarecido se foi a Câmara que decidiu fazer um busto para a Dr.^a Lurdes Girão, a justificação, porque eu não sou muito novo mas não sou tão velho como isso, eu já vi falecer a viver neste concelho dezenas de pessoas que talvez tivessem tido uma acção mais importante e que não mereceram busto, e depois se já pensaram o lugar aonde, porque isto é dinheiro público, não é? -----

-----**FRANCISCO FEVEREIRO:** Algumas considerações em particular e começo já por esta relativamente ao busto da falecida e saudosa Dr.^a Lurdes Girão, uma pessoa que é muito estimada, e não contribuí porque com toda a culpa que me possa ser atribuída não tive conhecimento, mas vou procurar a forma certa para o fazer. No entanto, apesar de ser uma pessoa com quem eu tinha excelente relação e muita consideração, e continuando as palavras do Deputado António Júlio Andrade temos também que ver que, no fundo era uma excelente pessoa mas que também tinha uma actividade privada como qualquer um de nós tem no concelho e da qual lhe tirava o seu lucro, a sua margem, digamos, não se tratando propriamente de um benfeitor que trabalha *pro bono* ou para a população. De uma forma ou de outra, eu declaro o meu reconhecimento à sua pessoa, mas há estas questões que também têm que ser pertinentes e eu reforço as palavras do Deputado António Júlio Andrade, e se até a própria população aderiu pouco há que tentarmos perguntar porquê. Pela parte que me toca, concordo, agora há que perguntar aos outros que tiveram oportunidade e não contribuíram. ----
-----Outras considerações particulares e neste caso dirijo-me especialmente ao senhor Presidente da Câmara se poderia elucidar-me um pouco sobre, digamos, as verbas inscritas para o protocolo com a ACIM, interessa-me como munícipe e também como sócio da ACIM, são verbas importantes para a realização de investimento seguramente importante, mas que sendo a ACIM uma associação de natureza económica, está até inscrita na parte da Cultura, e que é o Centro de Artes e Eventos. Se pudesse dar-me mais alguma informação como é que se vai processar se se vier a processar essa parceria. -----

-----No geral em termos do Plano de Actividades e que estão previstas para os próximos anos, penso que já houve aqui alguma atitude de coragem do Executivo em, digamos, reduzir, porque é sempre muito difícil e se nós lermos a lista tão enorme de associações, de pessoas que estão anualmente à espera do dinheiro que as Câmaras lhes atribui, que estão sempre a olhar para o lado a ver quem é que recebe mais, quem é que recebe menos, eu imagino quão difícil será retirar um cêntimo a cada uma destas pessoas e, depois, falou-se aqui no Grupo Desportivo de Torre de Moncorvo, penso que sim que com a equipa a militar na regional haverá possibilidades se calhar de menores custos. O trabalho que estão a fazer e do qual eu tenho conhecimento, como sócio, na formação das camadas jovens e para a qual já falei com a Direcção que vou contribuir mais que antes, porque a minha actividade resume-se mais a nível regional do distrito de Bragança, que a nível, digamos, do norte onde a equipa militava, isto também é preciso ter em conta, por vezes é mais rentável em termos de publicidade, digamos, um universo de amostra mais regional, mais restrito, do que mais alargado, portanto, eu penso que já foi feito aqui algum bom trabalho nesse campo de redução de todas essas verbas que as pessoas com toda a garra defendem aos quais custa muito retirar um cêntimo. -----

-----No entanto, continuo a dar a minha ideia que já aqui fiz valer várias vezes, que nós pagamos impostos e cada vez mais pesados, e aquela ideia das famílias, da chaga do flagelo social que é transmitida na declaração de voto dos vereadores da oposição no Executivo, nós



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos que nos convencer de uma coisa própria, sejamos duros nesse campo, é que o Governo Central tem obrigações nesse campo, nós entregamos as nossas prestações mensais à Segurança Social e não são tão pequenas como isso. Eu não posso aceitar aquilo que se passou, tive que aceitar porque fui forçado, andei o Verão com um pé inchado sem saber porquê e o Serviço de Saúde não me resolveu nada, não me passaram sequer os exames, tive que pagar tudo. Não posso esquecer que na semana passada o meu filho de tenra idade com uma unha encravada no pé e que tem andado a sofrer estes meses todos, e o Serviço Nacional de Saúde não lhe resolveu nada, nem o raio de uns pequenos exames que ele precisou de fazer o médico de família lhe passou, recusou-se a passar-lhos, ou seja, um problema que é de uma doença teve que ser resolvido tudo a custo do próprio, pronto, fui eu a pagar tudo integralmente. Eu pergunto para onde é que vai o dinheiro que nós gastamos mensalmente? Não é a Câmara que tem, somos nós que temos que ser mais exigentes no dinheiro que damos ao Governo Central, portanto, nesses incumprimentos que têm, porque há Ministérios, há todo um serviço, e porque é que eles cortam às cegas e tem que ser a Câmara a suprir? Eu acho que não, que a Câmara tem as suas próprias necessidades. -----

-----**MANUEL JOSÉ DINIS** (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho): Eu queria perguntar se posso discutir o Orçamento e despesas do Plano de Actividades Municipal e do Plano Plurianual de Investimentos, em simultâneo. Temos aqui, na página 4, Transferências – Freguesias – 65.000,00€; na página 5, Transferências – Freguesias – 280.000,00€, o que totaliza 345.000,00€. Eu gostava de ser informado pelo Executivo se esse dinheiro vai ser transferido para as Freguesias, se vai ser usado pelo Executivo nas Freguesias, e se o Larinho está contemplado, se estão a pensar no Arranjo Urbanístico do Largo da Lameira, uma vez que já constou em Plano de Actividades em 1998, em 1999, e depois pararam e nunca mais se falou nisso. -----

-----Também temos, Instalações Desportivas e Recreativas, isto em Despesa – 11.000,00€. Depois, em Plano de Actividades temos Sede da Associação Cultural Desportiva e Recreativa da Macieirinha. Nós já há bastantes anos que andamos a pedir, e lembro o senhor Presidente que em Junho de 1991, foi o senhor Presidente que lançou as candidaturas dos Polidesportivos, aconselhou as Juntas a apoiar os grupos desportivos e associações, e disse que ia dar prioridade aos pedidos e projectos que fossem entrando, portanto, dava prioridade conforme a entrada. Se bem me recordo, o primeiro e o segundo pedido foi da Associação do Larinho e de Carviçais, ainda entrámos em polémica qual seria o primeiro a dar entrada uma vez que não se pôs a hora, só se pôs o dia, tendo entrado os dois no dia 3 de Julho de 1991. Entretanto, já se fizeram em quase todas, todas, todas as freguesias e o Larinho continua a ser esquecido. Também lembro o senhor Presidente que, na altura, a caminho do Porto, eu e o senhor Presidente no encontro do passeio da Associação de Comerciantes falámos nisso, e o senhor Presidente até disse, aliás, não foi o senhor Presidente, eu é que disse em conversa que o Polidesportivo podia localizar-se ali na Zona Industrial e não em terrenos da Junta, por uma simples razão, é que tínhamos ali a Zona Industrial com certeza que empresas queriam entrar em torneios e estava ali bem localizado, e mandamos fazer a terraplanagem de acordo com a vontade do senhor Presidente. Até, hoje, no Larinho nada foi feito, dezanove anos depois a caminho de vinte. -----

-----Também queria perguntar se o que está aqui, portanto, para associações, se está previsto o início dessa obra. Espero que sim. -----

-----Também temos aqui, portanto, Instituições sem Fins Lucrativos, temos na página 4 – 707.525,00€; na página 5 – 461.500,00€. Queria saber para quais Instituições. O Larinho



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nunca foi contemplado, é bom não esquecer que também existe o Lar dos Idosos do Larinho e é uma Instituição sem Fins Lucrativos. -----

-----Admira-me, quer dizer, a Cardanha ultrapassar o Larinho. O Larinho apresentou o projecto há dezanove anos e não está contemplado, pelo menos não consta, mas a Cardanha tem aqui para o Polidesportivo 16.300,00€. Por exemplo, as Cabanas que nem pessoal têm, tem lá um Polidesportivo começado num ano de eleições, aliás, foi terminado este ano já. Oh senhor Presidente, vire-se um bocadinho para o Larinho, nós também merecemos e também ajudamos muito o Município, porque a Zona Industrial contra tudo o que queiram fazer parecer está localizada na freguesia do Larinho, portanto, vire-se um bocadinho para o Larinho e agradecia que me informasse se o Larinho tem alguma coisa para o ano de 2011. -----

-----Também vem Conclusão das Pavimentações na Freguesia de Larinho – 5.000,00€. Queria saber se esses 5.000,00€ são realmente para fazer pavimentação no Larinho ou se é para desviar para outra Freguesia. Obrigado. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Tem razão a senhora Deputada Liliana, porque o mapa de execução com os valores em dívida teriam evitado muitas destas questões, porque o senhor Presidente da Junta do Larinho teria tido ocasião de verificar que a questão da Sede da Associação da Macieirinha e o Polidesportivo da Cardanha são valores em dívida, e que no caso da Macieirinha é um compromisso que já vem de há quatro anos e que a Câmara nunca satisfaz. -----

-----Os problemas do Larinho resolvam-nos no Larinho, sabe perfeitamente que a Câmara já deliberou ceder terreno que passará a ser sua propriedade quando for emitido o alvará do loteamento, esse terreno vai ser entregue à Associação do Larinho para ser instalado num terreno o Polidesportivo e noutro é uma Sede. Os senhores entenderam-se tão bem o ano passado para as eleições continuem a entender-se, mas resolvam lá os problemas entre vocês, não traga para aqui esses assuntos. Como sabe, um dos elementos da Associação é a senhora Eng.^a Piedade que é Vereadora e que eficazmente defenderá esses interesses da Associação e, portanto, o Polidesportivo na Zona Industrial, acabou, o terreno já está comprometido há três anos e o senhor Presidente da Junta do Larinho sabe isto muito bem. ----

-----As Transferências das Juntas de Freguesia, aliás, essa mesma questão da dívida põe-se quando fala na verba que estava em 2010 trata-se de dívida, e sabe perfeitamente que uma das Juntas que beneficiou de transferências, no mandato anterior, para realização de pavimentações foi a Junta do Larinho, portanto, as pavimentações a asfalto que estão feitas no Larinho foram feitas pela Junta mas com financiamento do Município. -----

-----A diferença das rubricas – a de 65.000,00€ são despesas Correntes, nomeadamente o funcionamento dos GAC's e outras despesas. As despesas de Capital são de investimento, aí há também compromissos anteriores que ainda não foram satisfeitos e poderão vir a ser assumidos novos compromissos que serão assumidos em Executivo, e daí será dada informação em relatório à Assembleia Municipal. -----

-----Agora já é tempo, nomeadamente quem já cá anda há muitos anos deixar de utilizar expressões incorrectas como desviar a verba, isto não é uma gaveta em que está lá o dinheiro, isto é uma previsão, prevê-se uma receita, prevê-se uma despesa, não há uma gaveta onde estão lá 5.000,00€. Onde é que estão? Desviaram-nos. Não, isso não existe, já estamos no século XXI, da informática, já é tempo de não fazermos contas de merceeiro, um Orçamento é uma previsão, um Plano é uma previsão, portanto, não há lá nenhuma gaveta com o dinheiro para poder ser desviado, pode é não se atingir uma execução orçamental e, obviamente, como falou o senhor Deputado Nuno Costa que perguntou o que é que será se o empréstimo não for



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

viabilizado pelo Tribunal de Contas, o que acontece é que há seis milhões de euros de dívida a curto prazo que têm que ser satisfeitos e que não se conseguem num ano e, portanto, aí é o apertar do cinto radical, não haverá desvio de verbas nenhuma pelo simples motivo que não haverá verbas, tão simples quanto isto. -----

-----A verba das Bolsas de Estudo ao Ensino Superior Público são dois anos, um que devemos e mais um para o concurso que tencionamos abrir brevemente para este ano lectivo. Há uma série de coisas pendentes da viabilização ou não do saneamento financeiro. -----

-----A questão da ACIM é preciso não esquecer que o protocolo do Centro de Artes e Eventos foi assinado pela ACIM e há um projecto por pagar, já se sabe que o projecto é caro, mas, há financiamento parcial para a obra na casa quase de 50% que será reforçado, incluindo o projecto, se a energia eólica for para a frente. Portanto, há um investimento inicial para já tem que ser satisfeito através da ACIM de duzentos e tal mil euros com o projecto que serão recuperados com a energia eólica, daí haver uma verba bastante significativa, porque o resto são verbas, obviamente, muito menores. -----

-----E, finalmente, a questão do busto eu pensei que era uma questão mais consensualizada, pelo menos há um ano atrás foi aí toda uma carga emocional de ter que se consagrar a Dr.^a Lurdes Girão, em Moncorvo. Bom, discutiu-se no Executivo e isso já consta do relatório que foi apresentado à Assembleia Municipal, não é novidade, é novidade em termos de Orçamento. Perante várias hipóteses avançou-se com a ideia de instalar um busto junto à Unidade de Cuidados Continuados, situação que, aliás, também já foi consensualizada pela Santa Casa da Misericórdia, isto já há quase um ano. Quando eu disse que não houve participação das pessoas estava a referir-me à venda de Natal, foi a primeira que houve em Moncorvo e com muito baixa taxa de participação, em todo o lado, em todo não, mas em muitos lados há bazar de Natal e venda de Natal e efectivamente aqui em Moncorvo correu mal, e um dos destinos das verbas a recolher era exactamente contribuir para o busto, inclusive o escultor já foi contactado, já está tudo acordado, só não tem havido dinheiro para sinalizar o avanço do busto, de resto está tudo tratado. Que não seja por isso que haja reticências em relação ao Orçamento, porque poderemos em tempo oportuno ainda rediscutir o assunto. -----

-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** Já houve um período de segundas inscrições, por conseguinte neste ponto temos que passar à votação ... (*ouvem-se vozes*). O senhor Presidente da Junta não se inscreveu no segundo período, por conseguinte ... (*ouvem-se vozes*). Senhor Deputado o nosso Regimento manda assim, por conseguinte vamos passar à votação. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	0	22
Abstenções	0	13	13
Votos Contra	0	0	0

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos Deputados do PS e com a abstenção dos Deputados da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP, aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano e proposta de Orçamento para 2011, bem como o Mapa de Pessoal para 2011, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

PONTO 4 — CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 820.000,00€. -----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Novembro do ano de dois mil e dez. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**ORLANDO MESQUITA:** Pensava eu nas minhas melhores intenções que depois da última reunião da Assembleia ter aprovado aquele plano rigorosíssimo que este exagero dos empréstimos viria acabar. Já sei que vão dizer logo de imediato que isto é para dificuldades de tesouraria e isso já não é comportável. Eu penso que isto torna-se incomportável porque não há reunião nenhuma onde não haja empréstimos, isto ainda agora se diz em surdina e é bem verdade mais um para os nossos netos pagarem, porque este Executivo está cada vez a endividar-se mais e sabe muito bem que muito brevemente não estará no poder, e isto quem cá fica é que vai pagar esta crise, esta factura, e não é só quem cá ficar no Executivo da Câmara, é o povo de Moncorvo, são os Moncorvenses, isto são dívidas atrás de dívidas, são empréstimos sucessivos que vamos ter muita dificuldade a curto, a médio e até mesmo a longo prazo de os saldar. -----

-----**FRANCISCO FEVEIREIRO:** Sobre este empréstimo como disse o senhor Deputado Orlando Mesquita, ele já sabe do que se trata, é um empréstimo de tesouraria, no fundo uma antecipação de verba que já vem sendo habitual, vamos estar aqui a perder tempo a repetir as mesmas palavras, mas tem que ter coerência no seguinte, nós quando vamos a um restaurante porque temos necessidade de comer, não podemos depois no final rejeitar a conta. Quando se vem aqui a toda a hora a pedir isto e mais aquilo, a oposição vem e diz, porque se pode ajudar a família tal, e podemos fazer isto, podemos fazer aquilo, meus senhores, para tudo isso é preciso dinheiro e quando não há logicamente temos que o pedir emprestado, agora não podemos é depois recusar a conta, temos que ter a coragem de aceitar a conta e temos que a pagar, eu não tenho ideia que sejam os nossos netos, temos que ser nós que devemos pagar porque ainda somos novos suficientemente para isso, e isto é um empréstimo a um ano, quem disse que é para os nossos netos enganou-se redondamente ou então está com ideia de viver pouco. -----

-----**VEREADOR DA CÂMARA, SR. ANTÓNIO MOREIRA:** Eu não intervim inicialmente porque este empréstimo de tesouraria é um empréstimo recorrente, neste caso é para liquidar o anterior empréstimo de tesouraria que são empréstimos de curto prazo e que têm a duração máxima de um ano, e pensei que era sobejamente conhecido a existência deste empréstimo para haver este tipo de intervenção. Obrigado. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 33 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	20	0	20
Abstenções	0	11	11
Votos Contra	0	2	2

(Os Deputados José Manuel Moreiras e António Manuel Castro Gonçalves, representantes da Bancada do PS, estavam ausentes na votação).



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria**, com os votos favoráveis dos Deputados do PS, com os votos contra dos Deputados Orlando Mesquita e Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com a abstenção dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, **aprovar a proposta de contratação de empréstimo de curto prazo até ao montante de oitocentos e vinte mil euros, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----O Deputado **Orlando Mesquita** fez a seguinte declaração de voto: *“A minha declaração de voto é exactamente e pegando nas palavras do Vereador António Moreira, portanto, já tive oportunidade na minha intervenção de explicar a minha posição, a minha posição não é a posição do nosso Grupo Parlamentar, mas ele disse uma coisa fundamental e importante, e mais me reforça a ideia de realmente votar contra, é que isto é mais um empréstimo para pagar outro empréstimo, isto entramos num círculo vicioso, é por isso mesmo que eu não posso de maneira nenhuma florar isto”.* -----

PONTO 5 — ADESÃO DO MUNICÍPIO À ENTIDADE “AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DO DOURO”. -----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia três de Dezembro do ano de dois mil e dez. -----

-----Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 33 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	20	0	20
Abstenções	0	12	12
Votos Contra	0	1	1

(Os Deputados José Manuel Moreiras e António Manuel Castro Gonçalves, representantes da Bancada do PS, estavam ausentes na votação).

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria**, com os votos favoráveis dos Deputados do PS, com o voto contra do Deputado António Júlio Andrade (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com a abstenção dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, **autorizar a adesão do Município de Torre de Moncorvo a uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, denominada “AREDOURO – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DO DOURO”, ao abrigo do disposto na alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

-----O Deputado **António Júlio Andrade** fez a seguinte declaração de voto: *“Eu votei contra porque acho que é mais uma empresa pública intermunicipal que se está a criar, com o Conselho de Gerência a ser pago, vai ser mais uma série de carros por aí a andar, vão ser mais uma série de políticos a arrumar, e mais uma série de instalações e despesas a pagar, e em tempos de crise criar mais empresas públicas para mim está fora de causa.”* -----



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**PONTO 6 — PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM
PARA A REALIZAÇÃO DO APROVEITAMENTO HIDROELÉCTRICO
DO BAIXO SABOR (AHBS).**-----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia dezanove de Novembro do ano de dois mil e dez. -----

-----Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	12	34
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	1	1

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no art.º 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por maioria, com o voto contra do Deputado Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, aprovar a prorrogação do prazo da suspensão parcial do Plano Director Municipal (PDM) e das medidas preventivas, por mais um ano, nos seguintes termos: -----

Fundamentação

A 26 de Dezembro de 2008, por Resolução de Conselho de Ministros n.º 195-B/2008 e após aprovação da Assembleia Municipal, foi o PDM de Torre de Moncorvo parcialmente suspenso para possibilitar as obras referentes ao AHBS.

Do texto da referida suspensão faziam parte medidas preventivas nas quais era definido o respectivo âmbito temporal.

Era assim referido que as medidas preventivas vigorariam por dois anos podendo o prazo ser prorrogado por mais um ano e caducando com a entrada em vigor do novo PDM.

– Considerando que a infra-estrutura que a EDP pretende implementar vem dar resposta à necessidade de construção de um aproveitamento hidroeléctrico na zona superior da bacia hidrográfica do rio Douro, em coerência com os objectivos estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/96, de 17 de Janeiro;

– Considerando o compromisso de Portugal, no sentido de 39% do consumo bruto de electricidade serem, até 2010, produzidos a partir de fontes de energia renováveis, no âmbito da Directiva n.º 2001/77/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro, relativa à promoção da electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis no mercado interno de electricidade, onde se prevê explicitamente o recurso ao aumento da capacidade de produção hidroeléctrica nacional para cumprimento deste objectivo;

– Considerando as orientações estabelecidas para a política energética portuguesa na Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2003, de 28 de Abril, que estabelece as metas para a produção de energia eléctrica a partir das fontes de energia renovável, prevendo-se o aumento da capacidade de produção através da grande hídrica;

– Considerando que o Decreto-Lei n.º 193/2003, de 22 de Agosto (que transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Directiva n.º 2001/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro), veio impor valores-limite nacionais de emissão de determinados poluentes atmosféricos, e que, como tal, se torna imperiosa a redução do recurso aos combustíveis fósseis na produção de energia eléctrica, como forma de reduzir a emissão dos poluentes *SO2* e *NOx*;

– Considerando o Decreto n.º 7/2002, de 25 de Março, que aprova o Protocolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, e a Decisão n.º 2002/358/CE, do Conselho, de 25 de Abril, que aprova o Protocolo de Quioto pela Comunidade Europeia e o Acordo de Partilha de Responsabilidades entre os Estados



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Membros, de acordo com o qual Portugal está obrigado a limitar entre 2008 e 2012 o aumento das suas emissões de gases com efeito de estufa em 27% face aos valores de 1990;

– Considerando que o Programa Nacional das Alterações Climáticas, aprovado em Conselho de Ministros em 15 de Junho, consagra as políticas, medidas e instrumentos destinados a garantir o cumprimento, por parte de Portugal, dos compromissos assumidos no âmbito do Protocolo de Quioto, e que o mesmo estabelece, na medida «Me4», o fomento da produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis;

– Considerando a importância que o Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor tem para o cumprimento dos objectivos também identificados no plano de expansão do sistema eléctrico de serviço público de 1999;

– Considerando o contributo deste projecto para garantir a estabilidade do sistema electroprodutor, designadamente pela garantia de disponibilidade de uma reserva operacional significativa que permitirá viabilizar a entrada no sistema de maior potência eléctrica oriunda de fontes de produção irregulares e de pouca estabilidade para a regulação frequência-potência como são algumas formas de energia renovável, tais como a energia eólica;

– Considerando ainda o contributo deste projecto para garantir a regularização de caudais no rio Douro, sendo o mesmo determinante para o aumento significativo da capacidade de armazenamento na bacia, o que permitirá dar mais adequada resposta às situações de cheia registadas no troço inferior do rio Douro;

– Considerando o contributo deste projecto para garantir uma reserva estratégica de água, que permitirá a sua utilização em todo o troço a jusante do empreendimento;

– Considerando o contributo deste projecto para a redução da dependência energética externa e consequente diminuição da factura energética;

– Considerando que, o Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor permitirá, em tempo útil, contribuir para o cumprimento dos objectivos propostos, e que resultam dos compromissos assumidos por Portugal, designadamente no âmbito da produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renovável e da redução de emissões de gases com efeito de estufa;

– Considerando que a dimensão e importância do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor e o investimento superior a 350 milhões de euros, que a EDP pretende realizar, o tornam também potenciador do desenvolvimento sócio-económico da região;

– Considerando que, em 15 de Junho de 2004, foi emitida uma declaração de impacte ambiental (DIA) favorável condicionada ao projecto do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 17.º e no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio;

– Considerando que, em resultado da avaliação de impacte ambiental, conforme determinado na respectiva DIA, a execução do projecto fica condicionada à elaboração dos estudos de caracterização e dos planos, ao cumprimento das medidas de minimização, ao cumprimento dos programas de monitorização e à implementação de um sistema de gestão ambiental;

– Considerando a obrigação de o proponente do projecto – a EDP – realizar todas as medidas compensatórias adequadas à compensação dos impactes identificados sobre os valores de conservação presentes na área afectada, a definir em função dos resultados dos estudos de caracterização e planos conforme determinado na DIA e, simultaneamente, proceder à constituição de um fundo financeiro que garantirá a existência de iniciativas de desenvolvimento sustentável com base na valorização ambiental dos recursos naturais e patrimoniais da região, numa óptica de criação de riqueza e de fomento de dinâmicas cívicas e de bem-estar social;

– Considerando que o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, admite que, relativamente a projectos que impliquem impactes negativos para um sítio ou para uma zona de protecção especial, o mesmo possa ser autorizado quando ocorram razões imperativas de interesse público.

– Considerando que por despacho conjunto n.º 592/2004 dos Ministérios da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente foi reconhecida a existência de razões imperativas de interesse público da implementação do Aproveitamento Hidroeléctrico do Baixo Sabor;

– Considerando que em Dezembro próximo terminam os dois anos e a revisão do PDM de Torre de Moncorvo não está ainda concluída;

Entende o Município de Torre de Moncorvo necessário proceder à prorrogação da Suspensão Parcial do PDM de Torre de Moncorvo pelo período adicional de um ano, nos termos e condições da suspensão inicial.



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Deputado **Carlos d'Abreu** fez a seguinte declaração de voto: *“Votei contra, porque este empreendimento hidroeléctrico é um dos maiores crimes ambientais que os colonialistas da EDP estão a cometer no nosso território, quando nós pagamos das mais elevadas taxas de electricidade da Europa, quando nós região somos aquela que mais contribui para a produção hidroeléctrica do País, e as barragens no nosso território, repito, não criam desenvolvimento, porque se criassem desenvolvimento o nosso território não se estava a despovoar desde os anos cinquenta, precisamente o período em que as barragens se começaram a fazer”*. -----

PONTO 7 — ADESÃO DO MUNICÍPIO À ENTIDADE “TERRITÓRIOS DO CÔA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL”. -----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia três de Dezembro do ano de dois mil e dez. -----

-----Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	11	33
Abstenções	0	2	2
Votos Contra	0	0	0

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Deputados António Júlio Andrade e Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, autorizar a adesão do Município de Torre de Moncorvo a uma associação sem fins lucrativos, denominada “TERRITÓRIOS DO CÔA – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL”, ao abrigo do disposto na alínea *m*) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

PONTO 8 — REVISÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. -----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia três de Dezembro do ano de dois mil e dez. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação do assunto em epígrafe: *“Portanto, aqui estamos a cumprir um quadro legal dado que a não aprovar esta revisão da organização dos serviços estaríamos a partir do próximo ano fora de lei. De facto, o que aqui se propõe é manter exactamente a estrutura existente e não mais do que isso, é apenas como disse para cumprir a lei”*. -----

-----Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	11	33
Abstenções	0	2	2
Votos Contra	0	0	0



**MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Deputados António Júlio Andrade e Carlos d'Abreu (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, aprovar a proposta de Revisão da Organização dos Serviços Municipais, ao abrigo do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, e nos termos do disposto na alínea n) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

**PONTO 9 — FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM
PARA VIGORAR EM 2011.** -----

-----Foi presente a proposta sobre o assunto supracitado, a qual foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia cinco de Novembro do ano de dois mil e dez. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** usou da palavra e disse: *“Se o senhor Presidente da Mesa me permitisse, eu aproveitava este último ponto, não para falar neste ponto mas para desejar um Bom Natal a todos, agradecer a participação nesta Assembleia, e uma brincadeira, queria oferecer uma prenda à oposição, um símbolo para a próxima campanha autárquica”*. ----

-----Inscreveu-se e usou da palavra o seguinte Deputado: -----

-----**CARLOS D'ABREU:** Sobre esta questão da taxa dos direitos de passagem revelada pela Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, sabemos que a percentagem que cabe aos Municípios pela passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações, pode ir até 0,25%, porque razão é que não se aplica a taxa máxima? Quer dizer, se nós pagamos e pagamos bem enquanto consumidores para utilizar esses serviços, porque razão é que o Município não há-de cobrar a taxa máxima? Essa é a pergunta que eu faço. -----

-----**VEREADOR DA CÂMARA, SR. ANTÓNIO MOREIRA:** O Deputado Carlos d'Abreu talvez tenha feito confusão, esta taxa é para pagarem os consumidores ... *(ouvem-se vozes)*. -----

-----Posto o ponto à votação (estavam presentes 35 Deputados) obteve os seguintes resultados: --

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	10	32
Abstenções	0	3	3
Votos Contra	0	0	0

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos Deputados António Júlio Andrade, Carlos d'Abreu e Luís Amadeu Gaspar (da Coligação PPD/PSD-CDS/PP) e com os votos favoráveis dos restantes Deputados da Coligação PPD/PSD-CDS/PP e dos Deputados do PS, aprovar o percentual de 0,2% relativo à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar em 2011, para os efeitos do preceituado na alínea b) do n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro, e nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----De seguida, o **Presidente da Assembleia** deu a palavra aos senhores Vereadores da Câmara Municipal: -----

-----**DR. NUNO GONÇALVES:** Também para agradecer a prenda do senhor Presidente da Câmara e estou convicto que ele será o primeiro daqui a três anos, também, já agora, aqui se vê a força do PSD utilizando a do PC. Bom, o que eu queria aqui dizer é para explicar duas situações, a primeira, a do senhor Deputado Francisco Fevereiro quando falou das IPSS's, ou



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

melhor, não falou. Se ler o que nós dissemos na nossa declaração de voto é que deveria ter-se em conta determinadas parcerias com as IPSS's para resolver algumas situações de carência. Eu percebo que o senhor esteja contra o Governo, mas também quero acreditar que não pense que eu estou a favor deste, portanto, o que eu lhe quero dizer é que as IPSS's são essenciais para o concelho, e o senhor faz parte de um órgão social ou pelo menos fez, sabe que até alguns estágios profissionais que não teriam a ver com o âmbito das IPSS's eram realizadas com a Câmara, portanto, era mais um motivo para até nos surpreender pelo apoio a estas situações de velar situações de carência económica. -----

-----A outra situação que eu queria também defender, porque teve a ver com uma votação em que foi questionado a Vereação do Grupo Parlamentar do PPD/PSD-CDS/PP é a seguinte: quando foi discutido o Orçamento, os trinta mil euros destinados à manutenção do campo de jogos Dr. Camilo Sobrinho foram retirados do Orçamento. A pergunta minha, foi dito, que se tinham esquecido desses trinta mil euros, e a resposta do senhor Vereador António Moreira, na altura, eu não me lembro do que se passou em 1978, não tenho essa memória prodigiosa do senhor Presidente da Câmara, mas lembro-me do que é que se passa nas reuniões, foi dito, conforme tínhamos combinado tinha saído do Orçamento. -----

-----Agora, a verdade é que, e aí a culpa é minha e eu assumo os meus erros, assumi que o que se tinha discutido e que tinha ficado acordado era aquilo que se manteria e, portanto, fiquei convicto que esses trinta mil euros, que foi dito nessa reunião, há-de haver gravação, teriam sido retirados do Orçamento, daí eu ter induzido também em erro a minha Bancada Parlamentar e daí o que surgiu aqui dentro desta Câmara, mas eu mantenho os meus princípios quando acordo as coisas e mesmo que não estejam em reunião de Câmara, mantenho-os, e foi por isso que também pensei e fui induzido em erro que tinha mantido isso. -

-----**Sr. António Moreira:** Já que foi referido o meu nome é assim. Nós, em Junho, deliberamos no sentido de retirar a manutenção do campo de jogos Dr. Camilo Sobrinho ao Grupo Desportivo de Torre de Moncorvo, isso é ponto assente. Quando discutimos inicialmente o Orçamento disso também ainda era meu convencimento, sem dúvida. Agora, antes do documento final e em discussão entre os Vereadores e o Presidente da Câmara, isto antes do documento final em que vai já com o relatório, discutimos entre nós e chegou-se à conclusão de que retirando essa manutenção ao Grupo Desportivo, era um custo acrescido em termos de pessoal, etc., então, decidiu-se que era favorável às contas do Município manter essa manutenção e, por isso, é que o Presidente da Câmara tem o cuidado de realçar no seu relatório, relatório esse que foi votado na reunião de Câmara, é fácil de comprovar isso, foi enviado a todos os Vereadores, aos da oposição, a nós próprios, no mesmo dia através de correio electrónico, e lá está escrito exactamente porque é que o Presidente diz que essa posição actual não cumpre a deliberação anterior. Eu, sinceramente, estranhei que no Executivo não fosse discutido e não fosse levantada essa questão, pensei que tinham compreendido perfeitamente aquilo que estava no relatório. É só isso. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** usou da palavra e disse: Eu queria dar conhecimento à Assembleia de um documento que deu entrada na Mesa por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que não se insere já nesta fase, deveria tê-lo sido no período de antes da ordem do dia, por conseguinte é um documento tardio. Todavia, dado o seu teor eu ponho à consideração da Assembleia a sua discussão e aprovação se assim o entenderem, e que passo a ler: -----

----- VOTO DE RECONHECIMENTO AO GOVERNO NACIONAL -----



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe este voto de reconhecimento neste dia histórico de 20 de Dezembro de 2010 em que se inaugura o Troço do IP2 desde o Chafariz dos Ventos até à ligação com a A25 em Celorico da Beira, tornando-o desde já extensivo aos restantes troços até ao Pocinho, com as respectivas obras a decorrer a um ritmo que deixa adivinhar para breve a sua entrada em funcionamento. -----

-----Trata-se de um traçado que, pese embora ter criado alguns significativos dissabores económicos a alguns proprietários agrícolas, requereu uma grande coragem da parte do Executivo Nacional, mas pelos benefícios que trará às populações que irá servir, valerá a pena seguramente a pena. -----

-----Portanto o nosso muito obrigado? -----

-----Senhores Deputados está à discussão este documento. Quem se quer inscrever. -----

-----Inscreveram-se e usaram da palavra os senhores Deputados: -----

-----**MANUEL JOSÉ DINIS** (Presidente da Junta de Freguesia de Larinho): Senhor Presidente da Mesa, eu inscrevi-me para manifestar o meu descontentamento como o senhor Presidente está a tomar conta da Mesa. Eu ainda há bocado, salvo erro no ponto 3, quis dar-lhe uma resposta ao senhor Presidente e fez com que se cumprisse o Regimento e não pude. No meu entender, esta proposta não devia ser aceite, porque entrou fora de horas, portanto, devia ser rigoroso. --

-----**CARLOS D'ABREU:** Não só pelas razões que o meu conterrâneo Dinis referiu, mas sobretudo porque eu não posso subscrever um documento de apoio a um Governo de incompetentes, um Governo que colocou o nosso País no estado em que nos encontramos, mas considerando que o voto de apoio por parte da Bancada à minha direita tem a ver com uma via de transporte que passará no futuro por aqui também, também por essa razão eu não posso subscrever esse documento, porque os senhores que o elaboraram ou que o subscreveram ainda não se preocuparam em perguntar a esses, enfim, incompetentes do seu Governo, porque razão é que essa via ainda não tem projecto para a travessia do Douro no nosso concelho. Porque é que temos que estar a apoiar a inauguração de um troço de uma via que não chega cá? Quando é que vamos ter uma travessia no Douro para essa via, para nós podermos beneficiar e usufruir dessa mesma via? Por isso, eu estou completamente contra este voto de solidariedade, ou de apoio, ou não sei o quê, que por aí se propõe. -----

-----**ORLANDO MESQUITA:** Senhor Presidente, por extemporâneo além de a minha própria opção política também não mo permitir, em consciência por ir contra o artigo 18.º, n.º 3, do Regimento, eu passo a citar: *“A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada, pelo menos por dois terços do número legal dos seus membros, que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto.* ---

-----Além disso, eu estou a expressar a minha opinião senhor Salema, não sei se ainda o posso fazer, não vale a pena esse seu gesto de repúdio, mas ... *(ouvem-se vozes)* então, desculpe a minha má interpretação. Senhor Presidente, mas é assim, eu de facto por mais que me custe e até saber que esta obra tem algum significado para nós, não sei porque razão hei-de estar aqui a subscrever uma obra que foi inaugurada que nos fica a umas largas dezenas de quilómetros daqui. Sei que futuramente quando toda a obra estiver completa, aí sim acho que poderei subscrever com todo o gosto tudo quanto é em benefício de Moncorvo eu subscreverei, agora não acho que um troço que foi inaugurado lá para cascos de rolha, desculpem-me a expressão, tenha este interesse e esta mordomia em fazer subscrever aqui esta moção de apoio, senão também teríamos que pensar quando é que vamos nós aqui fazer uma moção a censurar todas estas actividades, toda esta desgraça que nós estamos diariamente a viver e a grassar no nosso País e que temos que explanar aqui todas as opções que este Governo tem tomado e que tem posto financeira e socialmente o nosso País de



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rastos. Vamos também falar nisso ou temos que fazer uma moção também para apresentar e para assinar? -----

-----E, já agora, como é a minha última intervenção gostaria de apresentar a todos os meus sinceros votos de um Feliz Natal e que 2011 seja pelo menos mais profícuo do que tem sido este ano. Obrigado. -----

-----**FRANCISCO FEVEREIRO:** Ora, se vamos votar ou não a moção isso não sei, mas o facto é que já estamos a debatê-la, por isso mesmo eu vou falar da moção. Fala-vos uma pessoa, assim muito rapidamente, eu tenho um contrato com os meus filhos desde que eles começaram a estudar, ainda são novos, é o seguinte: se tiram dezasseis ou dezoito, dou-lhes cinco euros; se tiram dezoito a vinte, dou-lhes dez euros; se tiram abaixo de dez, dão-me cem euros. Por isso é que eu digo e em termos de política fala-vos uma pessoa que nunca votou nas Legislativas no PS, aliás, nunca votou noutro Partido, o voto é secreto mas agora deixou de o ser, o meu pelo menos, não tenho medo nenhum, neste momento, digamos, é imperioso que se diga, tenho que falar no PSD ... *(ouvem-se vozes)*, mas temos que ter a coragem de reconhecer que aqueles de quem não gostamos, e falo no meu caso particular, fizeram mais por nós, eu falo por mim, fizeram mais por mim do que todos os Governos do Partido em quem sempre votei. Não é com isto que me convencem a votar nas próximas, mas se não debatermos agora a moção, e pelo facto de estarem tantos troços em tão bom ritmo, seguramente na próxima reunião já temos muitos mais troços, se calhar já estamos até Foz Côa, se calhar até já nessa altura o benefício para mim é de tal forma grande, se calhar até já me convenceram a mudar o meu sentido de voto nas próximas Legislativas. Por enquanto ainda não. Agora, é preciso termos coragem de reconhecer que temos acesso ao resto do País, a uma boa parte do resto do País que, no fundo é quase uma recta do Pocinho a Celorico, só quem não conhece o traçado, é uma obra que foi preciso coragem, pese o sacrifício que muitos proprietários agrícolas tiveram. Agora, é preciso reconhecer que é uma obra de coragem que aqui foi feita e, repito, foi feita por um Governo em quem eu não votei, mas que já fez mais, falo por mim, que todos aqueles a partir do 25 de Abril em quem votei, juntos. -----

-----**ANTÓNIO ALVES SALEMA:** Eu penso que aqui há um grande equívoco nesta coisa. A Mesa da Assembleia entendeu, por unanimidade, colocar à discussão da Assembleia se o documento devia ser aceite ou não, e isto tinha que ser apenas votado e ser aprovado pelo menos dois terços dos seus membros, o senhor Orlando Mesquita não vem ensinar ninguém, portanto, ao não ter os dois terços cai por terra a discussão da Assembleia, virem agora aproveitar-se para falar contra o Governo isso não é justo, eu se fosse Presidente da Assembleia tirava a palavra a toda a gente nesse sentido, desculpem lá. -----

-----**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** Senhores Deputados ... *(ouvem-se vozes)*, peço o vosso silêncio. Aquilo que disse o senhor Deputado Salema era o final à final da minha intervenção e eu queria em primeiro lugar, responder ao senhor Deputado José Dinis dizendo-lhe exactamente o seguinte: a primeira intervenção que eu tive foi dizer exactamente que o documento tinha aparecido na Mesa fora de tempo, mas porque estávamos no final da Assembleia, a Mesa colocava à discussão da Assembleia a sua possibilidade de aprovação e, por conseguinte, regimentalmente isso está previsto, é possível, não tem que ver com a falta de atenção que eu tive consigo, são momentos diferentes. Foi, de facto, uma proposta de apresentação à Assembleia tão-só, por conseguinte, se os senhores Deputados como sabem, e o senhor Deputado Carlos d'Abreu como sempre faz no seu legítimo direito, não estou a pô-lo em causa, mas de facto foi assim que aconteceu. Por conseguinte, eu não tenho muito por



MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

hábito, os senhores Deputados já me vão conhecendo, retirar a palavra, porque acho que as discussões em democracia se devem deixar ir ao limite, mas os limites são os limites sempre do razoável, do justo, do aceitável e, por conseguinte, temos que encarar o confronto de opiniões e de posições nessa perspectiva, mas, de facto, temos um Regimento para cumprir. Por conseguinte, chegados a este ponto eu tenho que pôr à votação se porventura os senhores Deputados ou esta Assembleia entende aceitar ou não deve aceitar, a aceitação deste documento. -----

-----Posto, então, à votação, obteve os seguintes resultados: -----

VOTAÇÕES	PS	COLIGAÇÃO PSD-CDS/PP	TOTAL
Votos a Favor	22	0	22
Abstenções	0	0	0
Votos Contra	0	13	13

-----Por conseguinte, este documento não teve os dois terços para aprovação e como tal foi *rejeitado*. -----

-----Seguiu-se o último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

----- **III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----O Presidente da Assembleia, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto. -----

-----Por último procedeu-se à leitura da **minuta da acta** que foi aprovada por unanimidade, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia, agradeceu a presença de todos, e desejos de um Feliz Natal e um grande Ano Novo. E, pelas 12h.45m deu por encerrada a presente Sessão, da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente,

(Dr. António Alberto Almada Guerra)

O 1.º Secretário,

A 2.ª Secretária,

(António Alves Salema)

(Beatriz da Luz Souza Fernandes)

(Acta aprovada por maioria, com trinta votos a favor, sete abstenções e zero votos contra, na Sessão de 25/02/2011)